



SORTE MORAL, CARÁCTER E TRAGÉDIA PESSOAL *

*Fernando Araújo***

RESUMO

O presente trabalho discorre acerca dos critérios para se avaliar o conteúdo moral de uma ação: a avaliação da conduta deverá tomar por base somente aquilo que o agente podia prever e, com base nesta previsão, ser capaz de assumir a responsabilidade pelos resultados de sua conduta, ou deverá, também, considerar as consequências resultantes de fatores completamente alheios, mas que interferiram sensivelmente no resultado final da ação? O elemento sorte também deve ser levado em conta nos juízos puramente morais? Dado não ser possível expurgar o aleatório do campo das ações, seria possível, ou viável, eliminá-lo dos julgamentos morais? Na tentativa de responder a estes questionamentos, procede-se à distinção da sorte em três categorias: a sorte quanto aos resultados, que modifica o curso da ação e impacta diretamente sobre as consequências desta; a sorte situacional, em que um determinado contexto desencadeia fatores até então inoperantes que levam a um determinado resultado; a sorte constitutiva, que remete a fatores alheios que contribuíram para a formação da própria concepção moral do agente. Para além da pretensão de fornecer uma resposta à questão, a investigação quanto ao grau de interferência do aleatório sobre as ações humanas auxilia no dimensionamento da amplitude do domínio moral, até onde ele se estende, bem como propõe um redirecionamento dos julgamentos éticos, no sentido de considerar o caráter do agente como um todo, e não somente uma conduta específica.

Palavras-chave

Sorte moral . Caráter . Tragédia

ABSTRACT

The paper intends to discuss the criteria to judge the moral value of an action: should the conduct evaluation consider only those consequences which the person could predict and be responsible for, or should it also consider the random factors which severely interfered on the course of the action? Could luck also be taken in account on the pure moral judgment? Since it is not possible to eliminate it from human actions, would it be possible to do so within moral judgment? To answer those questions, it proceeds to distinguish luck in three categories: the luck related to the results of the action, which modifies it's normal consequences; circumstantial luck, in which a determined context unleashes hidden factors that lead to a certain result; constitutive luck, related to hidden factors that contributed to make up the moral conceptions itself. Far beyond the purpose of formulating a final answer to the subject, the investigation about the degree of interference of luck over human actions helps to establish the extent of morality and also a redirects the course of ethic judgments, in way to consider the agent's character instead of it's specific behavior.

* Artigo preparado para os *Estudos em Memória do Prof. J.L. Saldanha Sanches* (2011), obra de homenagem a um extraordinário Professor de Direito e a um ímpar combatente pela liberdade e pela integridade cívicas, desaparecido de forma prematura e trágica – e um Homem de quem tive o privilégio de ser colega e amigo.

** Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Keywords

Moral luck. Character. Tragedy

1. O PROBLEMA DA SORTE MORAL

Pode a Ética, tal como sempre a concebemos, resistir à constatação da existência de «sorte moral»?

O problema da sorte moral pode ser muito sucintamente definido do seguinte modo:

- a. por um lado, alimentamos a convicção de que só é justo louvarmos ou censurarmos alguém por acções que lhe sejam imputáveis – no sentido de que essas acções foram controláveis, e controladas, por esse agente moral;
- b. por outro lado, não resistimos a avaliar essas acções pelos seus impactos, bons ou maus – no mundo, em terceiros, no próprio agente –, mesmo quando esses impactos são claramente produto de circunstâncias que não foram controláveis, ou controladas, total ou sequer parcialmente, pelo agente moral.

Em abstracto, parece-nos que o estatuto moral de uma pessoa é algo que não deve ficar à mercê do acaso, talvez a única coisa que por definição deveria resistir sempre à contingência – porque, afinal, quando agimos é de coisa *nossa* que se trata, é assunto *nosso* o que fazemos ou deixamos de fazer¹; no entanto, não podemos deixar de reconhecer que há muito de fortuito nos elementos em que baseamos o reconhecimento e avaliação daquele estatuto moral.

Que estamos, pois, a fazer, quando louvamos ou censuramos *moralmente* um agente:

1. Estamos a fazê-lo com indiferença pelos estados do mundo que a sua opção determinará, desligando o valor da acção da sua dimensão pragmática?
2. Estamos a privilegiar a dimensão pragmática da opção do agente, ligando o valor da acção às próprias cadeias causais que extravasem da possibilidade de controle pelo agente?
3. Estamos a tentar uma conciliação de perspectivas?

2. A TENSÃO ENTRE PRINCÍPIOS E PRÁTICA

Afigura-se que estamos, pois, diante de um viés cognitivo², que nos faz

¹ Jacobs, J. (2002), 59.

² Em especial a distorção retrospectiva, o «*hindsight bias*», mas também vieses egoístas e optimistas, que combinadamente servem para descontar fortemente a probabilidade de insucesso da nossa «agência»; aquilo que tem também sido designado por «*epistemically corrupted evaluation*» (ECE): Domsy, Darren (2004), “There is no Door: Finally Solving the Problem of Moral Luck”, *Journal of Philosophy*, 101/9, 445-464; Enoch, David & Ehud Guttel (2010), “Cognitive Biases and Moral Luck”, *Journal of Moral Philosophy*, 7, 372-386; Hankins, Keith (2009), “In Defense of Moral Luck”

atribuirmos valor (ou desvalor) moral a acções, não obstante detectarmos nelas uma ausência da plena voluntariedade que desejaríamos associar às acções genuinamente *morais*, reclamando delas que ao menos sejam desprovidas de coerção e que sejam acompanhadas de uma consciência de meios e de fins. Mas pode não se tratar de um mero viés cognitivo que pudéssemos expurgar, resolvendo com isso o problema: a «sorte moral» parece ter um grau de plausibilidade, de aceitabilidade na ordem dos nossos juízos morais, a ponto de gerar a tensão entre a prática dos nossos juízos morais correntes e o fundamento lógico que procuramos atribuir-lhes.

Por outras palavras, a «sorte moral» é o reconhecimento da tensão que sempre perdura na nossa condição humana, a tensão entre a nossa vontade de comandarmos e transformarmos o mundo e a resistência que o mundo oferece, vulnerabilizando-nos³.

O problema complica-se, portanto, se levarmos em conta que a «sorte», no sentido amplo de «prevalência de factores não-controláveis»⁴, é omnipresente nos assuntos humanos:

- não só na forma como as consequências dos nossos actos escapam às nossas intenções e previsões,

- mas também na forma como as oportunidades se apresentem de agirmos ou deixarmos de agir,

- ou até na forma como a nossa própria biografia propiciou a sedimentação do nosso carácter moral.

3. TRÊS EXEMPLOS

Alguns exemplos ajudarão a perceber os contornos da questão:

1. Três cúmplices decidem alvejar rivais – o primeiro faz uma tentativa impossível (com uma pistola de alarme), o segundo é frustrado na sua tentativa (a vítima desvia-se no último instante) e só o terceiro alcança os seus fins, consumando um homicídio. Deveremos nós considerá-los aos três como *igualmente culpados* (moralmente culpados) atendendo unicamente à sua intenção, ou à sua conduta enquanto permaneceu

(paper), 11ss.; Harman, Gilbert (1999), "Moral Philosophy Meets Social Psychology: Virtue Ethics and the Fundamental Attribution Error", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 99/3, 315-331; Rosell, Sergi (2007), "Is the Case Against Moral Luck Successful?", in Penco, C., M. Vignolo, V. Ottonelli & C. Amoretti (orgs.) (2007), 35 (33-44); Royzman, Edward & Rahul Kumar (2004), "Is Consequential Luck Morally Inconsequential? Empirical Psychology and the Reassessment of Moral Luck", *Ratio*, 17, 329-344.

³ Athanassoulis, N. (2005), 167-168; Slote, Michael (1994), "The Problem of Moral Luck", *Philosophical Topics*, 22, 1/2, 397-409.

⁴ Enoch, David (2008), "Luck between Morality, Law, and Justice", *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 25ss. (23-59).

plenamente controlada, ou deveremos permitir que a *sorte moral* interfira radicalmente na discriminação de juízos de censura entre os três cúmplices – por exemplo em função da existência de dano ou de vítima, como o faz o Direito –, ou será ainda lícito tentarmos uma «*via média*»?

2. Três irmãos nascem em 1950, 1955 e 1960. O mais velho faz o serviço militar em teatro de guerra, distingue-se em combate, é condecorado e considerado um herói nacional; o do meio prolonga os estudos e acaba por não fazer serviço militar, mas distingue-se na militância cívica contra um regime ditatorial, firmando aí uma reputação política que lhe faz receber também uma condecoração. Ambos os irmãos são categóricos a afirmar que é o mais novo aquele que tem mais coragem física e moral, aquele que tem mais louvável carácter – sucedendo apenas que chegou à idade adulta sem a oportunidade de demonstrá-lo, seja num teatro de guerra, seja no combate cívico. Será o irmão mais novo mais merecedor de condecorações do que os outros? Ou deveríamos (moralmente) condecorar os três irmãos pelos feitos de apenas dois deles?
3. Numa disputa partidária, uns preferem o candidato que invoca as suas origens operárias, a sua infância humilde; outros identificam-se com as virtudes burguesas daquele que evoca as suas raízes na classe média; outros rendem-se à ilusão das virtudes patricias do candidato nascido em berço de ouro. Um observador céptico faz notar que nada daquilo que os candidatos invocam é *mérito* deles, porque nada nas circunstâncias do nascimento e da infância de qualquer dos candidatos era controlável, ou foi controlado, por qualquer dos candidatos. Outro observador, mais empenhado em conciliar-se com os sentimentos expressos pela base eleitoral, refere que o *mérito* que está a ser apreciado é aquele com que cada candidato transcendeu as suas circunstâncias iniciais. Mas, mesmo neste segundo caso, têm todos eles o mesmo *mérito*, já que manifestamente as circunstâncias não eram as mesmas, e que a superação desses «*handicaps*», ainda que fosse perfeitamente niveladora, exigiu graus díspares de controle?

4. SORTE E A CONDIÇÃO DE CONTROLE

Os três exemplos ilustram o quanto as nossas intuições de mérito e demérito⁵, associadas que estão a resultados e a «estados do mundo», se afastam do princípio de que a moral assenta – ou deveria assentar, primordialmente ou até exclusivamente – numa avaliação da pura intenção ou vontade do agente, das condições da acção controláveis ou controladas por ele (designarmos por «*sorte*» a «ausência de controle» pode ser enganador, porque há decerto muita coisa fora do nosso controle que não é casual nem nos surpreende – exemplifiquemo-lo

⁵ Na verdade, muito mais do que simples intuições – porque correspondem a posições filosóficas amadurecidas e muito sofisticadas, como veremos. Cfr. Tiboris, Michael (2006), “Denying the Control Principle” (paper), 4.

com a sucessão de dia e noite ou com a cadência das marés).

Explicitemos, de passagem, que a «condição de controle», a exigência de confinamento da moralidade à acção perfeitamente dominada pelo agente, tem como seu mais imediato corolário a noção de que não deve haver qualquer discriminação ética entre agentes cuja conduta não se distingue senão através de elementos incontrolados por eles.

A ser assim, restará sabermos dar resposta a inquietações tão elementares como esta: pode ou não haver «sorte» no «grau de controle» de que dispomos?⁶ Pode haver graus de deficiência e proficiência na consciência ética tal como existem noutros aspectos da vida, e também resultantes de efeitos do acaso?⁷ Poderá haver «sorte no acatamento» («*compliance luck*»), ou seja, uma implicação moral no próprio modo como os nossos esforços logram, ou deixam de lograr, uma capacidade para correspondermos à norma de conduta relevante (a «diligência» ou «culpa em abstracto» a que se refere o Direito)?⁸

5. TRÊS TIPOS DE SORTE MORAL

1. O primeiro exemplo que demos acima é o da «sorte nos resultados», ou «sorte consequencial»⁹: uma vontade, boa ou má, vê os resultados da acção desviarem-se do intento ou previsão inicial – cabendo perguntar o que é que releva moralmente, se a «vontade incondicionada» como «puramente condicionante», se o fruto pragmático de uma conjugação de factores, alguns deles incontroláveis ou incontrolados pelo agente. A «sorte nos resultados» terá tanto maior margem de manifestação quanto mais os nossos juízos morais se centrarem no puro plano dos efeitos últimos da acção. No exemplo mais famoso, é a distância que se estabelece entre o condutor negligente que tem a sorte de não atropelar ninguém e o condutor igualmente negligente que tem o azar de atropelar alguém (este segundo porque, por razões incontroláveis, a vítima surge à frente do veículo)¹⁰, como poderia ser a distinção entre a sorte e o azar de dois empresários igualmente diligentes

⁶ Coffman, E.J. (2007), "Thinking about Luck", *Synthese*, 158, 385-398; Coffman, E.J. (2009), "Does Luck Exclude Control?", *Australasian Journal of Philosophy*, 87, 499-504; Concepcion, David W. (2002), "Moral Luck, Control, and the Bases of Desert", *Journal of Value Inquiry*, 36, 455-461.

⁷ Boswell, Paul (2007), "Kant's Lackluster Jewel: Control and the Persistence of Moral Luck", *Aporia*, 17, 9, 23 (9-24).

⁸ Goldberg, John C.P. & Benjamin C. Zipursky (2007), "Tort Law and Moral Luck", *Cornell Law Review*, 92, 1143-1144 (1123-1176).

⁹ Mendus, Susan (1988), "The Serpent and the Dove", *Philosophy*, 63, 334.

¹⁰ Ben-Shahar, Omri & Alon Harel (1996), "The Economics of the Law of Criminal Attempts: A Victim-Centered Perspective", *University of Pennsylvania Law Review*, 145, 299-351; Gardner, John (2004), "The Wrongdoing that Gets Results", *Philosophical Perspectives*, 18, 53-88; Husak, Douglas N. (1994), "Is Drunk Driving a Serious Offense?", *Philosophy and Public Affairs*, 23, 52-73; Webber, Jonathan (2003), "A Naive Psychologist Examines Bad Luck and the Concept of Responsibility", *Monist*, 86/2, 164-180.

(ou negligentes)¹¹, ou de dois médicos¹².

2. O segundo exemplo é o da «sorte circunstancial», ou «sorte situacional»¹³: propensões para agir, qualidades e defeitos morais, precisam do terreno fértil da ocasião, da oportunidade, para se manifestarem – e não apenas ao olhar de terceiros, mas até à avaliação do próprio agente, que é capaz de ver-se limitado na auto-consciência das suas íntimas virtudes e vícios apenas por falta da ocasião, ficando sem saber «do que é capaz» (o Direito é por vezes chamado a exorcizar, com penas espectaculares, o sinistro pressentimento daquilo a que poderíamos chegar num contexto de «banalização do mal»¹⁴; no exemplo mais famoso, é a distância que media entre o alemão emigrado para a Argentina nos anos 20 e o alemão que, tendo permanecido na sua terra natal, se vê envolvido na voragem do nazismo – a tendência irresistível para condenarmos o alemão nazi enquanto exoneramos o outro alemão que, por sorte, emigrou «a tempo»).
3. O terceiro e último exemplo é o da «sorte constitutiva»: aquilo com que nascemos, em termos de propensões para agir, e aquilo em que nos tornámos como agentes morais, é em grande parte fruto do legado genético e em grande parte fruto de educação da qual o próprio agente foi, ou é, beneficiário passivo. Esse ascendente das origens será normalmente tão fundo e identificador do que somos que muitas das vezes nem será detectado ou identificado pelo próprio agente, por falta de instância externa com a qual contrastar esses dados «constitutivos»¹⁵. Não é exagerado dizer-se que, não obstante a formação e consolidação do carácter moral ser a tarefa diuturna de uma vida, muito daquilo que intuitivamente se identifica como o *carácter moral* das pessoas está, para a maior parte delas, sedimentado ao iniciar-se a maturidade, ou seja, antes de poder haver controle do próprio agente, e logo *mérito*, na modelação educativa desse carácter¹⁶.

De certo modo, estas três vertentes da sorte moral têm paralelo na distinção que é possível traçar entre juízos «deonticos», que se reportam à bondade ou maldade das acções, juízos «axiológicos» que apreciam as acções nos seus contextos relevantes, e juízos «aretaicos» que se referem à virtude ou corrupção do *carácter moral* dos agentes¹⁷.

¹¹ Kolb, R.W. (org.) (2008), 1426; Solomon, Robert C. (2003), “Victims of Circumstances? A Defense of Virtue Ethics in Business”, *Business Ethics Quarterly*, 13, 43-62.

¹² Dickenson, D. (2003).

¹³ Walker, Margaret Urban (1993), “Moral Luck and the Virtues of Impure Agency”, in Statman, D. (org.) (1993), 235.

¹⁴ Zimbardo, P.G. (2007).

¹⁵ Feinberg, J. (1970), 34ss..

¹⁶ Latus, Andrew (2003), “Constitutive Luck”, *Metaphilosophy*, 34, 460-475.

¹⁷ Oakley, Justin (1996), “Varieties of Virtue Ethics”, *Ratio*, 9, 128-152; Athanassoulis, Nafsika (2005b), “Common-Sense Virtue Ethics and Moral Luck”, *Ethical Theory and Moral Practice*, 8/3, 265-276; Dent, N.J.H. (1984); Foot, P. (2002b); Haybron, Daniel M. (1999), “Evil Characters”, *American Philosophical Quarterly*, 36, 131-148; Hurka, Thomas (2006), “Virtuous Act, Virtuous Dispositions”,

6. O ECLIPSE DA ÉTICA (I)

Thomas Nagel, a quem se deve esta classificação tripartida de formas de «sorte moral» (na realidade, uma classificação quadripartida que abrangia também a «sorte causal» ou «sorte determinante»¹⁸, o modo como somos levados a agir pelas circunstâncias precedentes à nossa deliberação, que no entanto é difícil de distinguir, seja da «sorte constitutiva»¹⁹, seja de uma visão estritamente determinista acerca da «sorte»²⁰), nota que a conjugação de considerações sobre «sorte nos resultados», «sorte circunstancial» e «sorte constitutiva» levaria à sistemática exoneração do agente, à erosão dos nossos juízos morais comuns, ao confinamento da Ética a um ponto infinitesimal, ao cepticismo mais radical – pirronista – acerca do julgamento moral, e com ele a dúvida sobre qualquer julgamento²¹.

A Ética tornar-se-ia inoperante, logo irrelevante, por «dissolução do agente» num oceano de contextos de «sorte», de que nem a pura intenção, que também ela é «constituída», sairia ileso²² – jamais podendo verificar-se, na pureza dos princípios, o ideal do perfeito controle pelo agente das condições da sua própria acção: “*The area of genuine agency, and therefore of legitimate moral judgment, seems to shrink under this scrutiny to an extensionless point. Everything seems to result from the combined influence of factors, antecedent and posterior to action, that are not within the agent’s control*”²³.

Alguns observam, com uma ponta de ironia, que esse eclipse moral é resultado intencional do debate sobre «sorte moral» que, como veremos, para muitos não passa de um assalto céptico à possibilidade de genuína liberdade²⁴; e admitamos que há, em toda a colocação do problema da «sorte moral», um subentendido equívoco quanto à contraposição entre «sorte» e «agência», entre «sorte» e «responsabilidade», um pouco como se fosse pressuposta, quem sabe se por «medo à contingência», a ideia de que os agentes são distintos, estão fora, do mundo em que agem – não o integrando, não estando nele imersos²⁵.

Analysis, 66, 69-76; Kupperman, Joel (1999), “Virtues, Character, and Moral Dispositions”, in Carr, David & J.W. Steutel (orgs.) (1999), *Virtue Ethics and Moral Education*, New York, Routledge, 199-209; Merritt, Maria (2000), “Virtue Ethics and Situationist Personality Psychology”, *Ethical Theory & Moral Practice*, 4/3, 365-383; Silcox, Mark (2006), “Virtue Epistemology and Moral Luck”, *Journal of Moral Philosophy*, 3, 179-192; Statman, D. (1997); Walker, A.D.M. (1989), “Virtue and Character”, *Philosophy*, 64/249, 349-362.

¹⁸ Mendus, Susan (1988), “The Serpent and the Dove”, *Philosophy*, 63, 334 (331-343).

¹⁹ Embora seja sempre possível dizer-se que «sorte constitutiva» se reporta ao que *somos*, enquanto a «sorte causal» se refere ao que *nos acontece*.

²⁰ Watson, G. (1982), 9ss.; Pereboom, D. (2001).

²¹ Nagel, Thomas (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 57-71 (= (1976), “Moral Luck”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 50 Suppl., 137-152; (1979), *Mortal Questions*, Cambridge, Cambridge University Press, 24-38). Cfr. Nagel, T. (1997).

²² Jacobs, J. (2002), 62.

²³ Nagel, Thomas (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 66.

²⁴ Greco, John (2006), “Virtue, Luck and the Pyrrhonian Problematic”, *Philosophical Studies*, 130/1, 9-34; Midgley, M. (1994), 83-84.

²⁵ Bittner, Thomas (2008), “Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck”, *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 72-73 (51-84).

7. DA TRADIÇÃO ESTÓICA À PURA AGÊNCIA

A menos que, para se resolver estas dificuldades resultantes da conjugação de intuições morais, abandonássemos antes a ideia tradicional de «pura agência» que subjaz à ideia de Ética e até alicerça as suas pretensões a constituir um «ideal regulador»: a ideia, já enfatizada, de que apenas é moralmente justo louvar ou censurar alguém por qualidades ou defeitos revelados no controle puro (não-partilhado) da acção²⁶. Mas abandonar a «pura agência», mesmo que a favor de uma «*via media*» ou de uma conciliação de perspectivas, novamente acarreta uma consequência radical, a da perda das pretensões policiadoras e «transcendentais» (não empiricamente contaminadas) da Ética: aquilo que, com graus variáveis de incorrecção (emergente da interpretação distorcida que Hegel levou a cabo na sua *Fenomenologia do Espírito*), associamos ao legado kantiano²⁷, com a alegada exigência de que a moral nasça e permaneça imune à sorte (para que ela seja reveladora de uma autonomia sem a qual não pode discernir-se um carácter na base da acção, um investimento que seja genuinamente ético²⁸).

Na verdade, fácil é identificar a matriz estóica por detrás deste legado kantiano, porque foram os estóicos, seguindo por sua vez um legado cínico, que mais insistiram na invulnerabilidade como condição da Ética²⁹ – seja para desligarem a dignidade do carácter pessoal dos assaltos de desejos e paixões incendiados por «bens externos», seja para propiciarem a transparência de um substrato moral que, no entendimento estóico, irmanava os «cidadãos do mundo» e permitia remover divisões e hierarquias³⁰.

Mais amplamente, dir-se-á que essa posição é o culminar (tardio, helenístico) de uma tradição filosófico-trágica de preocupação com a contingência, com a perecibilidade dos valores, com a dissonância das emoções, com a dimensão dilacerante dos conflitos práticos, com os dilemas morais – espelhados nas tragédias do século V a.C. como efeitos da sorte sobre o conteúdo e rumo da vida, combatidos pelo esforço de Platão na edificação de uma ordem moral liberta (pela *techne*) da sorte (*tuchê*), de uma ordem na qual a *sophrosune*, o domínio da virtude, consistentemente superasse a *hubris* do domínio dos apetites³¹, e integrados por Aristóteles numa forma dialéctica de articulação dos valores com a própria assunção da contingência³².

Immanuel Kant mais não faz, neste particular, do que aditar ao legado estóico a sua crença racionalista na capacidade universal, igualitária, de

²⁶ Arpaly, N. (2003).

²⁷ Moore, Adrian W. (1990), “A Kantian View of Moral Luck”, *Philosophy*, 65, 297-321; Ripstein, Arthur (2008), “Closing the Gap”, *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 63n2 (61-95); Ripstein, Arthur (1994), “Equality, Luck, and Responsibility”, *Philosophy and Public Affairs*, 23, 3-23; Ripstein, A. (1999).

²⁸ Jacobs, J. (2002), 59-60.

²⁹ O’Neill, O. (1989); Athanassoulis, N. (2005), 2-3.

³⁰ Nussbaum, M.C. (2001), xx, xxii.

³¹ As visões respectivamente do *Protagoras* e do *Fedro* platónicos – cfr. Nussbaum, M.C. (2001), 89-90, 206. Cfr. Webber, Jonathan (2006), “Character, Consistency, and Classification”, *Mind*, 115/459, 651-658.

³² Nussbaum, M.C. (2001), 4-8.

autonomia – uma convicção que talvez se possa considerar predominantemente republicana: a fortuna pode distinguir-nos e separar-nos, mas subsiste e subsistirá a crença – consoladora, consolidadora³³ – de que a excelência moral permanece irrestritamente disponível para qualquer um de nós, de que ao menos essa disponibilidade não flutua ao sabor do acaso³⁴, de que em última instância a vida poderá revelar-se globalmente como justa^{35/36}.

Um agente que intencionalmente se proponha interferir nos «estados do mundo» para torná-los mais «justos», mais plenos de felicidade ou menos carregados de sofrimento, verá a moralidade da sua intenção sobreviver aos resultados efectivos da sua acção porque a integridade da sua intenção é avaliável apenas por adequação ao imperativo que o determinou – e nisso Kant veda a perspectiva que ficará conhecida como «consequencialista», de receio até que a consciência da nossa impotência face ao mal, ao sofrimento, à injustiça dos resultados, se convertessem em bases para a nossa inacção ou para o derrotismo das nossas intenções³⁷.

8. A TENSÃO TRÁGICA

Na cultura helénica clássica, o que os estilos literários da poesia trágica e da filosofia começaram por ter em comum foi a consciência aguda de que a sorte (*tuchē*) pode apartar a pessoa de mérito de qualquer possibilidade de florescimento moral, de qualquer oportunidade de desenvolvimento de uma vida dominada pela prática virtuosa; e essa a razão pela qual os poetas trágicos foram tidos, a par com os filósofos, como fontes de intuições éticas – com a vantagem, porventura, para a forma imediata e interpeladora como a tragédia confronta o espectador com situações dilemáticas, extremas, na sua forma mais expressiva e pré-articulada, superando as nossas limitações e vieses cognitivos através das reacções emotivas que provoca³⁸.

E tão tarde como em Maquiavel permanece ainda em aberto essa tensão trágica entre agência e contingência, esse reconhecimento de que a imprevisibilidade dos eventos, a irracionalidade do destino, o determinismo dos talentos e inclinações inatos, todos conspiram para o domínio das circunstâncias – um domínio que ele designou como «*virtù*», uma forma de autonomia e

³³ Williams, Bernard (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 36 (35-55) (= (1976), “Moral Luck”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 50 Suppl., 115-136; (1981), *Moral Luck*, New York, Cambridge University Press, 20-39).

³⁴ Athanassoulis, N. (2005), 21-23; Wallace, James D. (1974), “Excellences and Merit”, *Philosophical Review*, 83, 182-199.

³⁵ Williams, B. (1985), 195 (e todo o Cap. 10).

³⁶ Nas palavras de um neokantiano declarado: “*With great luck and good fortune some men might by nature just happen to hit upon the way of living that they would adopt with deliberative rationality. For the most part, though, we are not so blessed, and without taking thought and seeing ourselves as one person with a life over time, we shall almost certainly regret our course of action*” – Rawls, J. (1999), 372.

³⁷ Jacobs, J. (2002), 60-61.

³⁸ Nussbaum, M.C. (2001), xiii-xv, 12-14, 45.

de força (viril)³⁹ que se debate dialecticamente com a «*fortuna*», o ascendente daquilo que nos circunda⁴⁰, a dependência das coisas e dos outros naquilo que essa dependência traz de errático e até de malevolente⁴¹.

9. O ECLIPSE DA ÉTICA (II)

O afastamento da «condição do controle», âmago da Ética porque alicerce dos juízos de imputação individualizados, não pode fazer-se sem extensas e graves sequelas – uma delas o ostensivo divórcio da Ética face ao Direito⁴², outra, mais amplamente, a da perda da dimensão «normativa» (ou «liderante») da Ética.

Caímos assim na aporia: nenhuma das soluções logicamente possíveis (por mais «moderada» que qualquer delas se reclame) deixa incólume o rosto cultural da Ética. Por isso é que, como bem notaram os formuladores modernos do problema, Bernard Williams e Thomas Nagel⁴³, a «sorte moral» pode ter surgido como uma expressão apelativa para designar um paradoxo, uma curiosidade, uma trivialidade⁴⁴; mas veio para ficar, como um daqueles problemas cuja fertilidade advém precisamente de não consentir uma solução aparente ou fácil, um daqueles problemas radicais com fundas ramificações não apenas na Ética como em todas as disciplinas que lhe estão próximas, uma daquelas interpelações teóricas que ressoa fundo no mundo da prática e que, no final, interpela até a nossa auto-consciência e o sentido da nossa existência.

Em suma: a Ética, tal como sempre a concebemos, não pode resistir à constatação do problema da sorte moral.

10. OS PARADOXOS DA EXPURGAÇÃO DA SORTE

O cerne da questão reside, como vimos, no facto de os nossos juízos morais correntes, intuitivos, violarem rotineiramente a ideia de «autonomia moral», ou seja, a ideia de que o que é propriamente moral é apenas aquilo que depende em exclusivo da vontade do agente (querendo dizer-se com isto que essa vontade é incondicionada na produção dos seus efeitos próprios, na sua motivação contextual e até na sua formação original).

Isso espelha o facto incontrovertível de a «sorte» ser um elemento inerradicável da existência humana – e de essa circunstância tornar por sua

³⁹ Pocock, J.G.A. (1975), 162, 173; Pocock, J.G.A. (2010), “Machiavelli and Rome: The Republic as Ideal and as History”, in Najemy, J.M. (org) (2010), 151 (144-156).

⁴⁰ Najemy, John M. (2010), “Introduction”, in Najemy, J.M. (org) (2010), 11 (1-13).

⁴¹ Najemy, John M. (2010b), “Society, Class, and State in Machiavelli’s *Discourses on Livy*”, in Najemy, J.M. (org) (2010), 110 (96-111).

⁴² Feinberg, Joel (1962), “Problematic Responsibility in Law and Morals”, *Philosophical Review*, 71, 340-351.

⁴³ Williams, Bernard (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 35-55; Nagel, Thomas (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 57-71.

⁴⁴ Williams, Bernard (1993b), “Postscript”, in Statman, D. (org.) (1993), 251 (251-258).

vez a «sorte» num elemento incindível dos demais, quando chega o momento de se avaliar as acções humanas (ou ao menos quando essa avaliação pretenda respeitar requisitos mínimos de realismo e de pragmatismo)⁴⁵.

Mas essa circunstância também implica, pelo que acabámos de ver, que a preservação da ideia de «autonomia moral», e da ideia de responsabilidade a ela conexas, se transformem num objectivo separado, dotado da sua própria lógica.

Uma das vias plausíveis para se alcançar esse desiderato seria o da «purificação da agência» até ao extremo de se considerar apenas o valor dos actos depois de expurgada toda e qualquer influência, ou diferença, advinda de factores de «sorte», de modo a que juízos de aprovação ou censura fossem rigorosamente equivalentes para tudo o que fosse indiferenciado a nível das intenções⁴⁶.

Uma breve exemplificação denotará de imediato o carácter contra-intuitivo e *unilateral* (já esclareceremos o qualificativo) a que por vezes chegaria uma tal concentração no puro plano da vontade incondicionada:

1. O lesante que vê onexo causal ser interrompido não se exoneraria com a invocação de que a sua intervenção transitou para os domínios da mera causa virtual; seria moralmente culpado, mesmo que naturalisticamente não lhe pudesse ser assacado o dano⁴⁷. O investigador que, por doença, se visse obrigado a abandonar a sua linha de pesquisa sobre uma vacina contra o HIV seria tão merecedor de aplauso moral como aquele outro que, beneficiando de saúde, prosseguisse e chegasse à descoberta da vacina.
2. Como coube a Adolf Eichmann a organização logística dos transportes na «Solução Final», ele não seria moralmente mais condenável do que qualquer outro burocrata – isto é, qualquer outro burocrata que tivesse sido colocado nas suas circunstâncias⁴⁸, ou mesmo nas mais atenuadas circunstâncias dos torcionários das ditaduras modernas⁴⁹. Ninguém, em contrapartida, pode vangloriar-se das suas virtudes se elas não foram postas à prova em *todas as* situações, pelo que, se dermos algum crédito à versão determinista de que as circunstâncias fazem o homem, teremos que concluir que literalmente só por sorte não fomos nós a tornar-nos monstros morais⁵⁰.
3. O assassino em série que foi brutalizado em criança não seria moralmente mais censurável do que a pessoa que teve a «sorte» de nascer numa família feliz. Ao invés, não poderíamos excluir que o altruísmo de Madre Teresa de Calcutá,

⁴⁵ Statman, Daniel (1993), "Introduction", in Statman, D. (org.) (1993), 1 (1-34).

⁴⁶ Slote, M. (2001), 11.

⁴⁷ Clarke, Randolph (2005), "Agent Causation and the Problem of Luck", *Pacific Philosophical Quarterly*, 86, 408-421; Moore, Michael S. (1999), "Causation and Responsibility", *Social Philosophy and Policy*, 16/2, 1-51.

⁴⁸ Adams, R.M. (2006), 159.

⁴⁹ Benn, P. (1998), 106ss., com o exemplo da polícia durante a época da junta militar grega.

⁵⁰ McKenna, Michael (2008), "The Limits of Evil and the Role of Moral Address: A Defence of Strawsonian Compatibilism", in McKenna, M. & P. Russell (orgs.) (2008), 212 (201-218); Moody-Adams, Michele (1990), "On the Old Saw That Character Is Destiny", in Flanagan, O.J. & A.O. Rorty (orgs.) (1990), 111-131.

tendo raízes genéticas, não constituísse uma genuína virtude moral.

No esforço de «purificação», de exclusiva consideração de motivos, de remoção das interferências da «sorte», chegaríamos assim à exoneração de Adolf Eichmann e à sua colocação num plano equivalente ao da «despromovida» Madre Teresa de Calcutá (abarcando todos os casos intermédios entre estes extremos): ao resultado implausível de cairmos na indiferenciação ética entre pessoas com perfis morais e impactos no mundo claramente diferentes.

A eliminação dos efeitos da «sorte» no seio dos nossos juízos morais teria, pois, efeitos perversos, e, se não absurdos, ao menos gritantemente injustos – fazendo, como se viu, tábua-rasa do esforço de aperfeiçoamento moral ínsito em cada intervenção deliberada em «estados do mundo», ignorando intenções e preter-intenções quando elas fossem puras respostas contextuais, desconsiderando danos (ao menos os preter-intencionais), anulando a relevância axiológica da escolha dos próprios meios de agir; fazendo toda essa devastação valorativa com o argumento único de que esses «traços de carácter» seriam irremediavelmente «contaminados» pelo ascendente de elementos de «sorte».

Admitamos o carácter genuinamente perturbador de intuições como estas. Todos gostaríamos de nos glorificar na certeza da pureza inabalável do nosso carácter, mas não escapamos a um «arrepio ontológico»⁵¹ de cada vez que nos sentimos nivelados igualmente nessa capacidade para o bem e para o mal, uma radical fragilização da nossa virtude à contingência e ao devir – um apelo à humildade, ou até à relativização irónica, que dificulta que «atiremos a primeira pedra»⁵². Os que julgam e os que são julgados tendem a não ser, por definição, excepcionais – são todos feitos da mesma massa, e só por um viés cognitivo somos capazes de nos iludir do contrário^{53/54}.

11. A AMBIGUIDADE DO NIVELAMENTO

E porque é que dissemos que a exemplificação acima conduzia a uma visão *unilateral*? É porque o esforço de eliminação da «sorte» implicaria ainda, logicamente, uma bizarra ambiguidade por força da dissolução de pontos referenciais – pelo que os juízos morais passariam todos a ser ambivalentes.

Para pegarmos apenas em dois exemplos:

⁵¹ Watson, Gary (2008), “Responsibility and the Limits of Evil: Variations on a Strawsonian Theme”, in McKenna, M. & P. Russell (orgs.) (2008), 132 (115-142).

⁵² McKenna, Michael (2008), “The Limits of Evil and the Role of Moral Address: A Defence of Strawsonian Compatibilism”, in McKenna, M. & P. Russell (orgs.) (2008), 217 (201-218).

⁵³ Benn, P. (1998), 106-107; Kolb, R.W. (org.) (2008), 1427.

⁵⁴ Nir Eisikovits conta um episódio de canibalismo entre náufragos que, em 1884, correspondeu nos tribunais ingleses a uma pena de morte comutada pela Rainha em seis meses de prisão, porque se percebeu que se tratava de uma situação extrema na qual poucos teriam «passado no teste». Cfr. Eisikovits, Nir (2005), “Moral Luck and the Criminal Law”, in Campbell, J.K., M. O’Rourke & D. Shier (orgs.) (2005), 105-124.

- Adolf Eichmann é tão inocente como qualquer um de nós, ou como qualquer burocrata? Ou ao invés somos nós, ou os demais burocratas, que somos moralmente tão censuráveis como ele?

- Madre Teresa de Calcutá é tão depravada como nós (e Eichmann)? Ou, pelo contrário, somos nós que somos todos tão moralmente virtuosos como ela?

Por qual dos extremos, em suma, nivelamos?⁵⁵

As proposições num sentido ou no outro equivalem-se por ausência de um ponto de referência «liberto de sorte moral». O arbítrio instala-se⁵⁶. Podemos quando muito reconhecer que, na medida em que a «sorte» seja função da relevância que cada um atribui a «resultados» e a «estados do mundo», a sorte de uns não será sorte para outros, ao menos de uma perspectiva «construtivista» que tudo relativiza à atribuição de relevância – por contraposição ao «realismo» que se obstina na determinação de pontos referenciais objectivos⁵⁷. Mas não conseguiremos ir muito mais longe⁵⁸.

12. CONTROLE E MÉRITO

Isso é grave, porque facilmente se entende o poder corrosivo que sobre o Direito exerce a simples suspeita de que nem sempre a punição ou o prêmio acompanham o mérito (o puro mérito) do agente, e que são capazes de se desviar para o empolamento dos resultados em detrimento da consideração exclusiva do juízo de imputação moral.

E no entanto é precisamente isso que sucede com o sistemático desvalor atribuído à tentativa de crime face à moldura penal reservada para o crime «consumado» em resultados, ou à mera negligência inerme face à negligência que se traduziu em danos⁵⁹ – isto sem embargo de se verificarem constantes progressos na aferição criminal da situação de perigo e da tentativa, e na

⁵⁵ Num outro registo: se tudo é produto da sorte, não é verdade que a *indiferença* é tão casual e aleatória como a *diferença*? – Hurley, Susan L. (2001), “Luck and Equality”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 75 Supp., 72 (51-72).

⁵⁶ Sobre esta ambivalência, cfr. Moore, Michael S. (1994), “The Independent Moral Significance of Wrongdoing”, *Journal of Contemporary Legal Issues*, 5, 255 (237-281); Wolf, Susan (2001), “The Moral of Moral Luck”, *Philosophic Exchange*, 31, 7-9 (4-19).

⁵⁷ Kornblith, H. (org.) (2001); Vranas, Peter B.M. (2005), “The Indeterminacy Paradox: Character Evaluations and Human Psychology”, *Nous*, 39, 1-42.

⁵⁸ Ballantyne, Nathan (2010), “Luck and Interests” (paper), 9.

⁵⁹ Davis, Michael (1986), “Why Attempts Deserve Less Punishment than Complete Crimes”, *Law and Philosophy*, 5, 1-32; Feinberg, Joel (1995), “Equal Punishment for Failed Attempts: Some Bad But Instructive Arguments Against It”, *Arizona Law Review*, 37, 117-133; Kadish, Sanford H. (1994), “Foreword: The Criminal Law and the Luck of the Draw”, *Journal of Criminal Law and Criminology*, 84, 679-702; Lewis, David (1989), “The Punishment that Leaves Something to Chance”, *Philosophy and Public Affairs*, 18, 53–67; Waldron, Jerney (1995), “Moments of Carelessness and Massive Loss”, in Owen, D.G. (org.) (1995), 387-408.

ponderação dos valores da prevenção^{60/61} e da segurança na abordagem ao fenómeno do crime⁶²; e sem embargo de poder subscrever-se uma noção puramente deontológica da punição da consumação, a ideia de uma «lotaria penal» que sujeita todos os infractores da lei ao prémio ou à perda advenientes da produção casual do dano (caso em que se dirá que a punição mais leve da tentativa corresponde a pura «sorte jurídica», não a menor censura moral)⁶³.

Por outro lado, a insistência ética numa «condição de controle», uma insistência que constitui quase uma «metafísica da Ética» na medida em que demarca aquilo que aceitamos como válido na teoria e na prática moral⁶⁴, pode ter repercussões fundas sobre o ideal igualitário⁶⁵ – se porventura o nivelamento que se pretende alcançar com esse ideal acabar cingido àquilo que se entenda ser «imune à sorte», ou seja, se a exigência de que haja igualdade de resultados se centrar exclusivamente naquilo que respeita à consequência directa de acções controladas pelo agente, fazendo-se tábua-rasa de todos os factores arbitrários que, a montante e a jusante, possam determinar desfechos alternativos (sem, contudo, que o «desfazer da sorte» implique a imposição de uma solução estritamente niveladora, como advertiu Robert Nozick⁶⁶).

13. SORTE BRUTA, DESIGUALDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Essa visão do «*luck egalitarianism*» redundante, pois, na apologia de uma redistribuição muito extensa, uma redistribuição que, focando-se na igualdade de méritos da «pura agência», procura expurgar o mundo de todos os resultados casuais e arbitrários que afectem a nossa «constituição» e as nossas «circunstâncias» morais⁶⁷ – restando saber quais os danos causados na estrutura de responsabilidade e de incentivos por uma solução compensadora

⁶⁰ Com o curioso precedente histórico de prevenção do crime no *Deuteronomio*, 21:18-21.

⁶¹ Christopher, Russell (2004), "Does Attempted Murder Deserve Greater Punishment Than Murder? Moral Luck and the Duty to Prevent Harm", *Notre Dame Journal of Law, Ethics, and Public Policy*, 18, 419-435

⁶² Bittner, Thomas (2008), "Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck", *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 51 (51-84).

⁶³ Duff, R. Anthony (1990), "Auctions, Lotteries and the Punishment of Attempts", *Law and Philosophy*, 9, 1-37; Duff, R.A. (1990b); Duff, R.A. (1996); Eisikovits, Nir (2005), "Moral Luck and the Criminal Law", in Campbell, J.K., M. O'Rourke & D. Shier (orgs.) (2005), 115ss. (105-124); Shachar, Yoram (1987), "The Fortuitous Gap in Law and Morality", *Criminal Justice Ethics*, 6, 12-36.

⁶⁴ Nida-Rümelin, Julian (2004), "There Is No Moral Luck" (paper), 11; Rosell, Sergi (2007), "Is the Case Against Moral Luck Successful?", in Penco, C., M. Vignolo, V. Ottonelli & C. Amoretti (orgs.) (2007), 34 (33-44).

⁶⁵ Statman, Daniel (1993), "Introduction", in Statman, D. (org.) (1993), 2.

⁶⁶ Nozick, R. (1974); Arneson, Richard J. (2001), "Luck and Equality", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 75 Supp., 73 (73-90)

⁶⁷ Cohen, G.A. (1989), "On the Currency of Egalitarian Justice", *Ethics*, 99, 906-944; Dworkin, R. (2000); Roemer, J.E. (1996); Roemer, John E. (1985), "Equality of Talent", *Economics and Philosophy*, 1, 151-187; Roemer, John E. (1987), "Egalitarianism, Responsibility and Information", *Economics and Philosophy*, 3, 215-244; Roemer, John E. (1993), "A Pragmatic Theory of Responsibility for the Egalitarian Planner", *Philosophy and Public Affairs*, 22, 146-166; Roemer, J.E. (1998).

e reequilibradora das desigualdades de fortuna: um dos mais tradicionais problemas de «*trade-off*» de toda a história do pensamento económico⁶⁸.

A propósito, fácil é ver-se no «*difference principle*» de John Rawls uma resposta ao impacto distributivo da «sorte moral», que procura repor a relação entre felicidade e mérito que a interposição do acaso subverteria⁶⁹ – uma reposição que precisamente Nozick considerou tão potencialmente aleatória como o estado inicial da distribuição que se visa corrigir⁷⁰.

Deve-se contudo a Ronald Dworkin a explicitação mais clara do ideal igualitário de expurgação dos factores de «sorte bruta» que interfiram na distribuição de vantagens e desvantagens entre as pessoas, o que equivale à busca de associação da noção de justiça à de repartição assente exclusivamente em aspectos da posição económica que possam imputar-se ou associar-se às escolhas livres de cada um (a «sorte das opções») – uma justiça que permita compensações para infortúnios de recursos, de circunstâncias, não para desaires nas funções de utilidade dos produtos de escolhas livres⁷¹.

Dito de outra maneira, para Dworkin a «sorte das opções» é uma sorte assumida, a sorte a que nos expomos voluntariamente, é a aceitação de resultados possíveis dentro de uma regra de jogo⁷², enquanto a «sorte bruta» é um resultado que não assumimos, um resultado contra o qual não jogámos – sendo que a função própria dos contratos de seguro é precisamente a de transformarem a «sorte bruta» em «sorte das opções»⁷³.

Ou, para nos aproximarmos dos termos que temos usado, a «sorte bruta» (ou «sorte densa», «*thick luck*»⁷⁴) é, das duas, aquela que não controlámos nem

⁶⁸ Arneson, Richard J. (1989), "Equality of Opportunity for Welfare", *Philosophical Studies*, 56, 77-93; Arneson, Richard J. (1990), "Liberalism, Distributive Subjectivism, and Equal Opportunity for Welfare", *Philosophy and Public Affairs*, 19, 159-194; Arneson, Richard J. (1999), "Equality of Opportunity for Welfare Defended and Recanted", *Journal of Political Philosophy*, 7/4, 488-497; Dowding, Keith (2005), "Luck and Responsibility" (paper), 20-21; Scanlon, T.M. (1986), "Equality of Resources and Equality of Welfare: A Forced Marriage?", *Ethics*, 97, 111-118.

⁶⁹ "Once we try to find a rendering of them which treats everyone equally as a moral person, and which does not weight men's share in the benefits and burdens of social cooperation according to their social fortune or their luck in the natural lottery, the democratic interpretation is the best choice" – Rawls, J. (1999), 65.

⁷⁰ Kolb, R.W. (org.) (2008), 1377.

⁷¹ Dworkin, Ronald (1981), "What Is Equality? Part I: Equality of Welfare", *Philosophy and Public Affairs*, 10, 185-246; Dworkin, Ronald (1981b), "What is Equality? Part 2: Equality of Resources", *Philosophy and Public Affairs*, 10, 283-345; Dworkin, R. (2000). Cfr. Cohen, G.A. (1989), "On the Currency of Egalitarian Justice", *Ethics*, 99, 931ss. (906-944).

⁷² Otsuka, Michael (2007), "Moral Luck: Optional, Not Brute" (paper), 3ss.; Brewer, T. (2000).

⁷³ Roemer, J.E. (1996), 248.

⁷⁴ Se entendermos por «*thick luck*» aquela que nos exonera por não implicar a nossa responsabilidade, e por «*thin luck*» aquela que, ao invés, se articula com a nossa responsabilidade – Hurley, Susan L. (2002), "Luck, Responsibility, and the «Natural Lottery»", *Journal of Political Philosophy*, 10, 79-94. Cfr. Hurley, Susan L. (1993), "Justice Without Constitutive Luck", *Ethics*, 35 Supp., 179-212; Hurley, Susan L. (2000), "Is Responsibility Essentially Impossible?", *Philosophical Studies*, 99, 229-268; Hurley, Susan L. (2000b), "Responsibility, Reason, and Irrelevant Alternatives", *Philosophy and Public Affairs*, 28/3, 205-241.

controlamos – e que portanto seria injusto atribuímos, nas suas consequências, a quem a sofre; enquanto que a «sorte das opções» (ou «sorte fina», «*thin luck*») é aquela que espelha as preferências, devendo ser respeitada, e preservada na medida do possível, através da supressão dos efeitos da «sorte bruta», como reclamará, já o vimos, todo o «*luck egalitarian*» consequente (por exemplo, através da minimização das desigualdades herdadas, para que transpareça a igualdade de oportunidades, ou mais genericamente, para usarmos a linguagem de Dworkin, para que os recursos não inviabilizem as nossas preferências)⁷⁵.

Mais especificamente, é possível usar-se um argumento «positivo» segundo o qual a distribuição aleatória de talentos, de riquezas herdadas, de oportunidades à nascença, por «sorte constitutiva», é ampliada, ainda por meios que não são inteiramente controláveis, pelo livre jogo distributivo no mercado, resultando numa desigualdade de vantagens e desvantagens a que não corresponde, com um mínimo de aproximação, seja qualquer responsabilidade, seja qualquer mérito⁷⁶. Mas é igualmente possível usar-se um argumento «negativo», segundo o qual a falta de mérito e responsabilidade individual pela distribuição «espontânea» de vantagens e desvantagens⁷⁷ leva a que não seja eticamente objectável uma redistribuição que se faz também ela sem mérito ou responsabilidade mas que aproxima a distribuição de vantagens e desvantagens daquele estado em que ela corresponderia à pura consideração desse mérito e dessa responsabilidade – se não em termos absolutos, ao menos expurgando os factores que estão inteiramente fora do alcance dos agentes, e limitando o espaço de justiça à margem de «sorte» que possa caber dentro das expectativas razoáveis da acção «no mundo»⁷⁸.

14. IDENTIDADE E SORTE

A eliminação do ascendente da sorte poderia levar-nos ainda mais longe, em particular se considerarmos o caso da «sorte constitutiva». Suponhamos que era nosso propósito retirar ao carácter moral todos os elementos não-controláveis que tivessem contribuído para a sua génese, a «*personal identity brute luck*»⁷⁹: que ficaria de individualizável, dada a historicidade irrepitível de cada vida? A partir de que momento poderíamos aceitar a presença de controle naquilo que, sucedendo ao indivíduo, cumulativamente se sedimenta na «constituição» do carácter moral?

⁷⁵ Fennell, Lee Anne (2009), "An Epstein-Inspired Look at Luck", *Tulsa Law Review*, 44, 782 (779-802); Hurley, Susan L. (2001), "Luck and Equality", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 75 Supp., 51-72.

⁷⁶ A crítica clássica a este argumento constitui o cerne de: Nozick, R. (1974).

⁷⁷ Que, admita-se, não sendo inevitavelmente desigualitária – já que estamos todos igualmente sujeitos ao ascendente da sorte – só por um incrível acaso coincidiria espontaneamente com um critério distributivo racional. Wilson, C. (2007), 205.

⁷⁸ Para além de Nozick, ver ainda as críticas de Anderson, Elizabeth S. (1999), "What is the Point of Equality", *Ethics*, 109, 287-337; Hurley, Susan L. (2001), "Luck and Equality", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 75 Supp., 51-72; Hurley, Susan L. (2002), "Luck, Responsibility, and the «Natural Lottery»", *Journal of Political Philosophy*, 10, 79-94; Hurley, S.L. (2003). Em geral, Nelkin, Dana K. (2008), "Moral Luck", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.

⁷⁹ Dowding, Keith (2005), "Luck and Responsibility" (paper), 6ss..

Mais importante, se retirarmos ao indivíduo a «sorte» de ter nascido como nasceu e de ter sido educado como foi – será que temos ainda o mesmo indivíduo, ou não será que «constituímos» um outro indivíduo, com um diferente carácter moral? Se violarmos o requisito da identidade, a que personalidade atribuiríamos então a virtude moral? Tem razão Nicholas Rescher quando insiste que a identidade deve preceder logicamente a «sorte»⁸⁰. Por outras palavras, dir-se-á que a excelência da virtude ética pressupõe *apropriação*, um crédito pessoal que seja identificável e separável do pano de fundo dos condicionalismos circunstanciais que cerquem a nossa acção e o nosso carácter^{81/82}.

Poderíamos admitir que, sem responsabilidade, seríamos conduzidos a uma de duas soluções extremas – ou a de que cada um suporta a totalidade dos infortúnios que lhe sucedem (um mundo hobbesiano), ou a de que esses infortúnios devem recair sobre a solidariedade colectiva (um afloramento radical da justiça distributiva) –, sem admitirmos a transferência de danos que é da própria essência da função reparadora da responsabilidade (uma das formas da justiça correctiva)⁸³.

15. SORTE E DETERMINISMO

Mas para apreciarmos o carácter persistente desta problemática, novamente advirtamos que o abandono da «condição do controle» não chega, nem aproximadamente, para fornecer uma solução: suponhamos que, mitigadamente agora, admitíamos uma margem de «sorte moral» nos nossos juízos éticos, em nome do «realismo» na apreciação daquilo que, no plano dos factos, dos eventos, dos resultados nos «estados do mundo», somos, fazemos, causamos – que certeza teríamos nós de que na formulação dos nossos juízos teríamos atingido com justeza, com justiça, o centro de imputação da actividade ao agente de que depende a possibilidade elementar de responsabilização?

Por exemplo, não poderíamos nós cair na falácia determinista segundo a qual, cada acção causando efeitos irreversíveis em todos os subsequentes «estados do mundo», cada acção nos responsabiliza pelo universo total dos eventos futuros?⁸⁴ Admitirmos uma margem, limitada embora, de «cobertura da sorte» pela nossa responsabilidade não redundará precisamente nisso? Em

⁸⁰ Rescher, Nicholas (1993), "Moral Luck", in Statman, D. (org.) (1993), 155 (141-166); Dan-Cohen, Meir (2008), "Luck and Identity", *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 1-22.

⁸¹ Adams, R.M. (2006), 158.

⁸² De outra perspectiva, se a identidade pessoal é extensamente condicionada pela «sorte constitutiva», poderá sempre admitir-se que aqueles que nascem com expectativas limitadas terão mais para regozijar-se com os limitados resultados que possam alcançar – pelo que novamente seria enganador avaliarmos a situação em puros termos de «sorte», a menos que recorrêssemos, para base de avaliação, a um «véu de ignorância». Cfr. Dowding, Keith (2005), "Luck and Responsibility" (paper), 18.

⁸³ Coleman, Jules & Arthur Ripstein (1995), "Mischief and Misfortune", *McGill Law Journal*, 4, 319-358.

⁸⁴ Coyne, Margaret Urban (1985), "Moral Luck?", *Journal of Value Inquiry*, 19, 319-325; Lackey, Jennifer (2008), "What Luck Is Not", *Australasian Journal of Philosophy*, 86, 255-267; Levy, Neil (2009), "What, and Where, Luck Is: A Response to Jennifer Lackey", *Australasian Journal of Philosophy*, 87, 489-497.

concreto: poderemos nós responsabilizar o comprador de um brinquedo «*made in China*» pela infelicidade dos operários chineses sub-remunerados? Pode um taxista ser responsabilizado por ter conduzido ao seu destino aquele que, lá chegado, consumou os seus intentos homicidas?

Em ambos os casos diremos que falta ao menos a consciência das consequências, e com ela a condição do controle: não se representando as consequências e provavelmente pouco podendo fazer para mitigá-las mesmo se as representasse, o agente não pode, não deve, ser responsabilizado (aliás, se o determinismo alastrasse para as cadeias causais despoletadas pelas nossas ações, perderíamos todo o controle e não faria sentido continuarmos a falar de Ética⁸⁵).

Por outro lado, reconhecemos que o «controle» pelo agente não é sinónimo de «necessidade», tal como «sorte» não deve confundir-se com «contingência»⁸⁶. Mas isso não impede que a adição de uma pequena margem de «sorte moral» basta já para minar o conceito corrente de responsabilidade – revelando-se em última análise não menos problemática do que a simétrica tentativa de erradicação da «sorte moral» (bastando pensar que a interposição de uma margem de «sorte» poderá até interferir na auto-consciência e no distanciamento crítico do agente, vedando-lhe a assunção plena da sua responsabilidade⁸⁷).

Mais um passo, portanto, para o reconhecimento do carácter insolúvel da questão da «sorte moral»; talvez, como aventa Nagel, se tenha revelado aqui uma fundamental inabilidade da nossa espécie humana, a de definir racionalmente o que é a nossa índole moral, isto ou porque não percebemos a nossa posição na ordem das coisas ou porque a própria realidade é contraditória⁸⁸.

16. PURA AGÊNCIA E GOVERNO

E no entanto, não podemos deixar de pressentir que, subjacente a estes paradoxos sobre «sorte moral», está uma concepção demasiado exigente sobre a «condição de controle», a já mencionada «pura agência» – um ideal tão remoto que poderá servir de «regulador» «numenal» mas não poderá servir de base eficiente para a ação humana e de fundamento à sua avaliação ética; servindo quando muito, de forma analítica, mas irremediavelmente circular, de confirmar que, por definição, a «agência pura», a «agência numenal», está fora do alcance da ação mundanal do homem⁸⁹, e que portanto a «agência» de que se trata na

⁸⁵ Rist, J.M. (2004), 202.

⁸⁶ Bittner, Thomas (2008), "Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck", *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 73 (51-84).

⁸⁷ Russell, D.C. (2009), 407.

⁸⁸ Nagel, T. (1986), 110-115, 120-123, 135ss.; Nagel, Thomas (1993), "Moral Luck", in Statman, D. (org.) (1993), 59ss., 68ss. (57-71).

⁸⁹ Nagel, T. (1986), 110-124; Browne, Brynmor (1992), "A Solution to the Problem of Moral Luck",

vida comum é necessariamente algo de muito menos ambicioso e abrangente, algo que se satisfará com meros «graus de controle» do agente e não reclamará um controle perfeito e exaustivo de todos os factores causais por parte do agente⁹⁰ – ou ao menos não os reclamará como condição legitimadora mínima para a formulação de juízos éticos.

Dito de outra maneira, o juízo legitimador deve ser mantido num plano puramente instrumental perante um florescimento pessoal que depende de uma combinação de valores que só uma vontade individual, contextualizada e cercada de contingência, é capaz de promover, identificando os «estados do mundo» e decidindo somente na sequência de uma avaliação do impacto concreto das decisões nesses «estados», com um grau de eficácia adaptativa que é a razão de ser última da nossa aptidão moral. Os nossos próprios valores, em suma, são vulneráveis, e a sua consagração e preservação incertas; a nossa vida moral é uma luta por esses valores e pela sua maturação, muito mais do que um processo rematado de subordinação a valores perfeitos através de uma inteligência descarnada⁹¹.

Talvez possa dizer-se que aqui a palavra-chave é «governo». Sem reclamarmos o controle absoluto por parte dos demais agentes, o juízo ético que formulamos sobre eles arranca da avaliação do impacto potencial que as suas acções têm sobre os nossos interesses, e daí parte-se em busca da sua dimensão normativa, seja para delimitar pragmaticamente as reacções apropriadas da nossa parte, seja para, de modo mais generalizado, configurar os nossos próprios projectos de acção.

O que há de específico no juízo moral é essa dimensão pragmática de esforço de legitimação da acção – essa dimensão normativa que pressupõe a susceptibilidade de «governo», de domínio mínimo da acção adequada, de conformação a valores, de condução dos «estados do mundo» pela congruência inteligível de princípios, de «dever ser» que só «será» se a ele aderir uma vontade minimamente determinada⁹².

«Governo» significa, afinal, que não se chega à responsabilidade moral senão por intermédio das qualidades das nossas acções voluntárias, e que essa voluntariedade há-de pressupor um qualquer grau de controle de circunstâncias – mesmo que a circunstância do arrependimento superveniente demonstre que a voluntariedade é ela própria uma característica transitória e circunstancial⁹³.

17. SORTE EPISTÉMICA

Philosophical Quarterly, 42, 348ss. (345-356); Zimmerman, Michael J. (1993), "Luck and Moral Responsibility", in Statman, D. (org.) (1993), 219-222 (217-233); Walker, Margaret Urban (1993), "Moral Luck and the Virtues of Impure Agency", in Statman, D. (org.) (1993), 244ss. (235-250).

⁹⁰ Moore, Michael S. (1994), "The Independent Moral Significance of Wrongdoing", *Journal of Contemporary Legal Issues*, 5, 257ss. (237-281).

⁹¹ Smith, Tara (1999), "Justice as a Personal Virtue", *Social Theory and Practice*, 25, 365ss. (361-384).

⁹² Zimmerman, M.J. (1996).

⁹³ Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, 1109b30-1110b3. Hsieh, Diana Mertz (2007), "Moral Responsibility and Moral Luck" (paper), 22ss..

Um factor que tempera as pretensões da «pura agência» (mitigando por isso o problema da «sorte moral») é o facto da dependência epistémica dos nossos actos – querendo com isso dizer-se que a responsabilidade supõe naturalmente a compreensão das circunstâncias a que a acção responde e nas quais se desenvolve⁹⁴; uma compreensão que pode não libertar-se dos vieses e das limitações da crença mais superficial, mas não é menos eficiente, menos pragmaticamente relevante, por isso; uma compreensão cuja ausência condiciona, de modo decisivo, a possibilidade de imputação moral ao agente⁹⁵.

A suspeita de ignorância, de vício na formação da vontade, torna o acto não-voluntário (ressalvada a hipótese da *actio libera in causa*⁹⁶); compreende-se por isso a relevância, nestes domínios, da própria constatação de que o conhecimento está também ele condicionado a circunstâncias não controláveis e não controladas por aquele que adquire o conhecimento, e que portanto também há um elemento de acaso na forma como obtemos o conhecimento que serve de base à acção – o problema da «sorte epistémica»⁹⁷.

Uma implicação é a de que, retrospectivamente, uma acção se terá por voluntária somente se o próprio agente puder sustentar que, quanto aos elementos significantes da acção, não está arrependido, ou seja, que o conhecimento superveniente e retrospectivo não o faria agir agora de modo essencialmente diferente porque o grau de convicção que o fez agir *como se tivesse certezas* é uma indução não-acidental, é um produto bem-sucedido da deliberação cognitiva do agente⁹⁸ (excluindo-se não somente a «*veritic luck*» que se reporta ao preenchimento de todas as condições epistémicas de validação, como a «*reflective luck*» que corresponde às condições de corroboração retrospectiva do conhecimento⁹⁹).

⁹⁴ Steglich-Petersen, Asbjorn (2010), "Luck as an Epistemic Notion", *Synthese*, 176, 361-377.

⁹⁵ Bostock, D. (2000), 111ss..

⁹⁶ Moody-Adams, Michele (1994), "Culture, Responsibility, and Affected Ignorance", *Ethics*, 104, 291-309.

⁹⁷ Axtell, Guy (2003), "Felix Culpa: Luck in Ethics and Epistemology", *Metaphilosophy*, 34/3, 331-352; Brogaard, Berit (2003), "Epistemological Contextualism and the Problem of Moral Luck", *Pacific Philosophical Quarterly*, 84/4, 351-370; Engel, Mylan (1992), "Is Epistemic Luck Compatible with Knowledge?", *The Southern Journal of Philosophy*, 30, 59-75; Greco, John (2003), "Virtue and Luck, Epistemic and Otherwise", *Metaphilosophy*, 34/3, 353-366; Heller, Mark (1999), "The Proper Role for Contextualism in an Anti-Luck Epistemology", *Philosophical Perspectives*, 13, 115-129; Latus, Andrew (2000), "Moral and Epistemic Luck", *Journal of Philosophical Research*, 25, 149-172; Lewis, David (1996), "Elusive Knowledge", *Australasian Journal of Philosophy*, 74, 549-567; Pritchard, Duncan H. (2003), "Virtue Epistemology and Epistemic Luck", *Metaphilosophy*, 34, 106-130; Pritchard, D.H. (2005); Riggs, W. (2007), "Why Epistemologists Are so Down on Their Luck", *Synthese*, 158, 329-344; Riggs, W. (2009), "Luck, Knowledge, and Control", in Haddock, A., A. Millar & D.H. Pritchard (orgs.) (2009), 205-221; Statman, Daniel (1991), "Moral and Epistemic Luck", *Ratio*, 4 (n.s.), 146-156; Zagzebski, L.T. (1996).

⁹⁸ Pritchard, Duncan H. (2005b), "Scepticism, Epistemic Luck and Epistemic Angst", *Australasian Journal of Philosophy*, 83, 194ss. (185-205).

⁹⁹ Foley, R. (1987); Pritchard, Duncan H. (2004), "Epistemic Luck", *Journal of Philosophical Research*, 29, 214 (193-222); Sorensen, Roy A. (1998), "Logical Luck", *Philosophical Quarterly*, 48, 319-334.

18. A SORTE NOS RESULTADOS: O QUADRO GERAL

Voltemos à «sorte nos resultados», que se concentra em casos de tentativa, de decisão em contexto de incerteza e em casos de negligência. Nos primeiros, ressalta claro que a aprovação ou reprovação dos actos depende dos resultados, o que leva a uma atenuação ou desvalor da «mera tentativa»; nos segundos, é evidente que o domínio das circunstâncias ou a previsão das consequências não são perfeitos, e que isso não inibe o agente de agir (como Williams sugere no caso de Paul Gauguin, que ele diz que estamos dispostos a avaliar pelo sucesso retrospectivo das suas opções de vida tal como o próprio teria feito, por ausência de arrependimento¹⁰⁰); nos casos de negligência, o resultado lesivo empola a dimensão negativa do juízo moral (como no caso já referido dos dois condutores negligentes, em que só um deles atropela uma criança)¹⁰¹.

Nestes casos, dir-se-á que a inevitável presença da «sorte moral» dita a possibilidade de uma genuína responsabilidade pelos resultados, que extravasa da responsabilidade pela acção e abarca também o desfecho saliente dessa acção, na medida em que esse desfecho seja cognoscível e evitável através da mera abstenção ou inacção – caso em que a opção por agir é já «cobertura de risco» pelo resultado (como nas proverbiais «obrigações de resultado» e «obrigações de garantia» por contraposição às habituais «obrigações de meios»), algo que resulta da «sorte epistémica» de se possuir a informação comum sobre a causalidade adequada à produção de resultados traduzidos em «estados do mundo» relevantes, de tal modo que, uma vez produzidos os resultados, o agente não possa invocar surpresa ou contrariedade¹⁰². A «sorte nos resultados» é empolada, no entendimento de Bernard Williams, naquelas situações em que uma pluralidade de fins e um entrechoque de valores geram, ou aleatoriedade nas nossas conduta, ou a dilaceração de impasses dilemáticos que só a sorte permite superar – dando-nos como ilustrações disso o caso de Gauguin, mas também o de Anna Karenina¹⁰³.

19. A SORTE NOS RESULTADOS, PRUDÊNCIA E MORALIDADE

¹⁰⁰ Williams, Bernard (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 38. Veja-se contudo a interpretação discrepante em: Athanassoulis, N. (2005), 10ss.. Cfr. Statman, Daniel (1993), “Introduction”, in Statman, D. (org.) (1993), 5-7. Na verdade, não podemos deixar de reconhecer que a posição de Paul Gauguin, no momento de decidir abandonar o seu meio e as suas responsabilidades anteriores, está profundamente dependente: a) do estatuto *epistémico* da sua convicção quanto à probabilidade de sucesso de um corte radical e de uma *nova oportunidade*; b) da sorte *intrínseca*, ou seja da forma como o seu carácter e os seus talentos o encaminham para o sucesso final.

¹⁰¹ Zimmerman, Michael J. (1986), “Negligence and Moral Responsibility”, *Nous*, 20, 199-218; Zimmerman, M.J. (1988); Zimmerman, Michael J. (2006), “Moral Luck: A Partial Map”, *Canadian Journal of Philosophy*, 36, 585-608.

¹⁰² Sartorio, Carolina (2004), “How to Be Responsible for Something without Causing It”, *Noûs*, 18 Supp., 329ss. (315-336); Zimmerman, Michael J. (2002b), “Controlling Ignorance: A Bitter Truth”, *Journal of Social Philosophy*, 33, 483-490.

¹⁰³ Midgley, M. (2001), 27.

Talvez possamos reservar a expressão «prudência» a essa responsabilidade pelos resultados, se contrapusermos «prudência» a «moralidade» e virmos naquela um esforço exclusivamente pragmático de maximização dos interesses pessoais com desconsideração pelas condições de formação e expressão da própria vontade, como por exemplo a acção mercenária que se pauta pela simples obtenção de recompensas (excluindo pois que qualquer perturbação de resultados possa exonerar a prudência)¹⁰⁴ – aquilo que Kirkegaard designava eufemisticamente como «suspensão teleológica da Ética»¹⁰⁵.

De outra perspectiva, diremos que mesmo para um «consequencialista» a sorte moral não é irrelevante, se pudermos distinguir entre a rectidão objectiva dos resultados (a geração dos melhores «estados do mundo») e a rectidão subjectiva das acções (o desenvolvimento dos melhores esforços dedicados à prossecução dos fins, dado um determinado nível de capacidade e de informação), e que é a «prudência», não a «moralidade», que se esforça na conciliação dessas duas formas de rectidão¹⁰⁶.

Ou por outras palavras ainda: a virtude moral não *merece* recompensa na medida em que ela própria *é* uma recompensa; e se concedemos, no plano dos factos, que o desejo da pessoa virtuosa deve ser satisfeito, fazemo-lo somente por concluirmos que a pessoa virtuosa deseja o que é bom¹⁰⁷.

Para elucidarmos esquematicamente a relação entre as dimensões «epistémica» e «moral» da sorte, poderíamos recorrer à seguinte imagem que ilustra as quatro possíveis avaliações circunstanciais da nossa acção moral¹⁰⁸:

Bom resultado esperado			
Mau resultado efectivo	Risco baixo (pequena distância entre censura e louvor)		Bom resultado efectivo
	1. Compreensão moral	2. Louvor moral	
	3. Condenação moral	4. Heroísmo moral	
	Risco elevado (grande disparidade entre censura e louvor)		
Mau resultado esperado			

Merece: 1) compreensão moral aquele que, numa situação de baixo risco e não obstante a expectativa de bom resultado, todavia obtém um mau resultado (em linguagem comum, dir-se-á que agiu moralmente mas com imprudência); 2) louvor moral aquele que, numa situação de baixo risco, efectivamente confirma a

¹⁰⁴ Nida-Rümelin, Julian (2004), "There Is No Moral Luck" (paper), 6-8.

¹⁰⁵ Kekes, J. (1993), 172.

¹⁰⁶ Jacobs, J. (2002), 62.

¹⁰⁷ Adams, R.M. (2006), 168.

¹⁰⁸ Adaptada de Michaelson, Christopher (2008), "Moral Luck and Business Ethics", *Journal of Business Ethics*, 83, 780 (773-787).

expectativa de bom resultado (dir-se-á que agiu moralmente e prudentemente); 3) condenação moral aquele que numa situação de elevado risco confirma efectivamente a expectativa de mau resultado (dir-se-á que agiu imoralmente e imprudentemente)¹⁰⁹; 4) reconhecimento de heroísmo moral aquele que, enfrentando o elevado risco e a expectativa de maus resultados, não obstante alcança efectivamente um bom resultado (novamente deste se dirá que agiu moralmente mas com imprudência)¹¹⁰.

20. A COBERTURA DA SORTE NOS RESULTADOS

Estamos aqui aliás numa das «*vias medias*» que têm sido tentadas, procurando contrabalançar a posição radicalmente racionalista, que apenas atende ao binómio vontade / controle, e uma posição radicalmente consequencialista que só atendesse aos resultados, através da noção de «agente virtuoso» que assume as consequências dos actos dentro de uma margem tolerável de «sorte nos resultados», sem se refugiar no estrito requisito do controle¹¹¹, aquilo que pode designar-se também por «fibra moral», a coragem de assumir os erros próprios¹¹².

Por outro lado, forçoso é reconhecer que existe uma fundamental assimetria em termos de responsabilidade moral naquilo que depende de nós, isto é, naquilo que ocorre dentro das fronteiras da «condição de controle» – e que a existência de uma vontade *má*, *mal formada*, pode impor-nos a assunção dos efeitos perversos, mesmo aqueles que tenham ocorrido por sorte na sequência dessa expressão não-virtuosa – um pouco o que sucede na cobertura dos riscos por parte daquele que tenha incorrido em «*mora debitoris*», ou daquele se tenha afastado criminosamente da diligência socialmente devida, incorrendo em ilicitude ou em grosseira negligência, como o próprio Kant não tinha deixado de assinalar¹¹³, e São Tomás de Aquino antes dele^{114/115}.

Em síntese, para haver «cobertura dos resultados» deverá presumir-se que estão reunidos três requisitos da acção:

¹⁰⁹ Williams, Glanville L. (1961), "Recklessness", in Morris, H. (org.) (1961), 262-267.

¹¹⁰ A abnegação radical, a entrega desinteressada, constituem as formas rematadas de «imprudência virtuosa» – cfr. Arneson, Richard J. (2001), "Luck and Equality", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 75 Supp., 73-90; Milo, R.D. (1984).

¹¹¹ Wolf, Susan (2001), "The Moral of Moral Luck", *Philosophic Exchange*, 31, 4-19.

¹¹² Cfr. Levi, Don S. (1993), "What's Luck Got to Do With It?", in Statman, D. (org.) (1993), 119 (109-121), remetendo essa noção de «*moral nerve*» para a obra de Joan Didion (1961), *Slouching Towards Bethlehem*, New York, Farrar Straus & Giroux ("On Self-Respect", 145).

¹¹³ Bittner, Thomas (2008), "Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck", *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 65 (51-84).

¹¹⁴ *Summa Theologiae, Secunda Secundae Partis*, Q. 64, Art. 8 (sobre a questão de saber se alguém pode ser culpado de homicídio por ter morto casualmente alguém). Cfr. Bowlin, J. (1999); Williams, Glanville L. (1961), "Intention in the Criminal Law", in Morris, H. (org.) (1961), 218-225.

¹¹⁵ Podemos também pensar no homem que engravida uma mulher e fica à mercê da decisão dela de prosseguir na gravidez ou interrompê-la – Brake, Elizabeth (2005), "Fatherhood and Child Support: Do Men Have a Right to Choose?", *Journal of Applied Philosophy*, 22, 55-73.

1. A acção ser voluntária, no sentido de o agente moral ter tomado uma decisão inicial no sentido da mudança dos «estados do mundo»;
2. O resultado ter a acção escolhida como causa predominante;
3. O agente ter o resultado como voluntário, mesmo que indesejado – no sentido de o resultado ser consequência adequada e previsível da acção, sem que isso tenha dissuadido o agente de tomar a sua iniciativa e perseverar nela.

Na «sorte nos resultados», nem sempre estas três condições têm ocasião de operar de modo regular. Por exemplo, na tentativa frustrada as condições 2) e 3) podem não entrar a operar. Na decisão arriscada só haverá responsabilidade se a condição 2) estiver preenchida, e o agente só terá a perspectiva subjectiva de sucesso se a condição 3) estiver preenchida (epistemicamente ele conhecerá porventura a possibilidade do resultado pretendido mas pode não dispor do controle para agir decisivamente¹¹⁶). Na negligência, a condição 3) estará normalmente preenchida, mas a 2) só o estará se da negligência resultar o desfecho típico do acto¹¹⁷.

Isto demonstra que o problema da «sorte nos resultados» é genuíno, no sentido de que se fazem sentir plenamente na consequência dos nossos actos os efeitos da «sorte moral». Em rigor, o agente com sorte não deve ser julgado de forma diversa daquela que é reservada para o agente sem sorte, pelo que será mais sensato reconhecer que a diferença não está na avaliação moral mas no dever pragmático de reparação, ou no direito à recompensa, que hão-de acompanhar a verificação efectiva dos resultados; ou seja, na implicação jurídica, não no juízo moral¹¹⁸.

Insistamos que a «cobertura dos resultados» é uma opção perfeitamente compatível com a ideia, mitigada embora, da «condição de controle», e que ela tem a vantagem de permitir gradações de responsabilidade e de mérito, com realismo¹¹⁹: por exemplo, admitir-se-á um agravamento do demérito do homicídio consumado face à tentativa se reconhecermos que o sucesso tornou o homicida responsável pelo resultado danoso, enquanto que o insucesso impede um resultado que seja imputável ao agente – podendo pois aceitar-se, ao menos como regra de jogo, que haja uma censura mais forte na situação consumada¹²⁰ – por

¹¹⁶ Voltando ao caso de Paul Gauguin, poderá dizer-se que não é a «sorte dos resultados» que ditará em última instância o nosso juízo de avaliação, mas a circunstância de termos por razoável a estimativa de probabilidade elevada de sucesso na opção de ir para o Tahiti. Cfr. Athanassoulis, N. (2005), 11-13.

¹¹⁷ Kenny, Anthony (1988), "Aristotle on Moral Luck", in Dancy, J., J.M.E. Moravcsik & C.W.W. Taylor (orgs.) (1988), 110ss. (105-119).

¹¹⁸ Eisikovits, Nir (2005), "Moral Luck and the Criminal Law", in Campbell, J.K., M. O'Rourke & D. Shier (orgs.) (2005), 105-124; Keating, Gregory C. (2006), "Strict Liability and the Mitigation of Moral Luck", *Journal of Ethics and Social Philosophy*, 2/1, 1-33.

¹¹⁹ Honoré, Tony (1988), "Responsibility and Luck. The Moral Basis of Strict Liability", *Law Quarterly Review*, 104, 530-553; Perry, Stephen R. (1992), "The Moral Foundations of Tort Law", *Iowa Law Review*, 77, 449-514; Perry, Stephen R. (2001), "Responsibility for Outcomes, Risk, and the Law of Torts", in Postema, G.J. (org.) (2001), 72-131.

¹²⁰ Adler, Jonathan E. (1987), "Luckless Desert is Different Desert", *Mind*, 96, 247-249; Katz, L. (1987); Katz, Leo (2000), "Why the Successful Assassin Is More Wicked than the Unsuccessful One", *California Law Review*, 88, 791-812.

mais «sorte» que haja existido nonexo causal –, não obstante o desvalor moral estar igualmente presente no juízo deôntico e no juízo aretaico que se endereçam aos intuitos revelados nos passos «controlados» de ambos os agentes¹²¹.

21. D'OU VENONS-NOUS... QUE SOMMES NOUS... OÙ ALLONS-NOUS?

[Paul Gauguin:] «*Porque sou um selvagem. A minha moral não é a dos burgueses. Agora, os meus instintos ordenam os meus actos. Graças a esta nova filosofia serei um grande artista*»

Mario Vargas Llosa, *O Paraíso na Outra Esquina*¹²²

A admissão da «sorte nos resultados» é, num certo sentido, o reconhecimento de que a moralidade não é a fonte única, nem é sequer a fonte suprema, do valor dos nossos actos. Mas por isso mesmo dir-se-á que aquela admissão só é grave para quem se obstina (como alguns julgam que Kant fez¹²³) na afirmação do carácter único ou supremo da moralidade na aferição das nossas vidas – já não o sendo para aqueles que reconheçam que outros valores disputam, pacificamente, o protagonismo e a primazia. Ao agente cabe formar a sua própria motivação, e a sua boa motivação se ele quiser ser um agente virtuoso, se ele quiser preservar o domínio sobre os traços do seu próprio carácter – mas, por força da «sorte dos resultados», não cabe já ao agente assegurar o pleno sucesso das expressões da sua motivação; de uma perspectiva de «Ética da virtude», acrescentar-se-á que o único resultado relevante é o mais remoto da formação e preservação de um carácter (virtuoso), não qualquer resultado mais imediato, que isoladamente pode ser subvertido por essa interposição da «sorte nos resultados»¹²⁴.

Se pensarmos em Paul Gauguin como epítome do «herói romântico», a sua transgressão e fuga começam por ser justificados por eles mesmos, pelo seu simbolismo¹²⁵; e não podemos excluir que, na disputa de valores, o seu gesto boémio esteja já justificado, mesmo antes da consagração e do sucesso¹²⁶, e continuaria justificado mesmo que a consagração e o sucesso não tivessem chegado afinal, bastando para o efeito a demonstração da vontade de sacrifício «pela obra», da assunção existencial do valor da «arte pela arte»¹²⁷.

¹²¹ Greco, John (1995), "A Second Paradox Concerning Responsibility and Luck", *Metaphilosophy*, 26, 81-96; Zimmerman, Michael J. (2002), "Taking Luck Seriously", *Journal of Philosophy*, 99, 553-576.

¹²² Vargas Llosa, M. (2010), 386.

¹²³ Baxley, Anne Margaret (2003), "Does Kantian Virtue Amount to More than Continence?", *Review of Metaphysics*, 56, 559-586.

¹²⁴ Annas, Julia (2003), "The Structure of Virtue", in DePaul, M. & L. Zagzebski (orgs.) (2003), 25 (15-33).

¹²⁵ E até pela impressão de revisibilidade não-monotónica das normas de conduta – cfr. Wilson, Catherine (2000), "The Biological Basis and Ideational Superstructure of Morality", *Canadian Journal of Philosophy*, 26 Supp., 224 (211-244).

¹²⁶ Midgley, M. (2001), 29.

¹²⁷ Mendus, Susan (1988), "The Serpent and the Dove", *Philosophy*, 63, 339 (331-343). Cfr. Baron, Marcia (1986), "On Admirable Immorality", *Ethics*, 96, 557-566; Eaton, M.M. (2001); Flanagan, Owen (1986), "Admirable Immorality and Admirable Imperfection", *Journal of Philosophy*, 83, 41-60; Kamm, F.M. (2007), 327ss.; Kekes, J. (1993), 172; Michaelson, Christopher (2008), "Moral Luck and Business Ethics", *Journal of Business Ethics*, 83, 773-787; Slotte, M. (1983) ("Admirable

22. A SORTE CIRCUNSTANCIAL

Quanto à «sorte circunstancial», ela denota que o valor moral dos actos, e o próprio carácter moral do agente, podem ser decisiva e insuperavelmente condicionados por factores não escolhidos pelo agente, as circunstâncias da sua vida, as oportunidades que se lhe oferecem, a pertença a grupos e classes humanas¹²⁸, as ocasiões que surgem ou deixam de surgir¹²⁹ – os «bens externos» que se apresentam à nossa acção como «condições habilitantes»¹³⁰. Muitas observações comuns, e até provérbios, ilustram a ideia, como a de que «a ocasião faz o ladrão», ou a de que «não há grandes generais em tempo de paz», ou de que é a existência do mal ou da tentação que gera uma oportunidade para agirmos bem¹³¹.

Não se trata aqui do ascendente das circunstâncias na formação de um carácter moral, pois isso constitui já o conceito de «sorte constitutiva»: trata-se apenas de apreciar o modo como o quadro referencial disponível condicionou as escolhas morais de agentes que, se não fossem essas limitações, teriam agido de forma diferente e porventura mais genuinamente livre (admitindo que possa haver circunstâncias mais e menos constritoras, embora aí a limitação epistémica seja muito relevante¹³²); trata-se de reconhecer que toda a acção humana é «situada», que a nossa moral é também uma regra de vida em contextos sobre os quais espraiamos as nossas expectativas e as nossas capacidades¹³³; cabendo quando muito, e em contrapartida, insinuar-se aqui algum cepticismo quanto à «fortaleza de carácter», acompanhando aqueles que entendem que as circunstâncias tendem sempre a levar a melhor sobre alegadas características permanentes da personalidade individual¹³⁴.

Immorality”, 77-107).

¹²⁸ Smilansky, S. (2007), 20-21; Card, Claudia (1990), “Gender and Moral Luck”, in Flanagan, O.J. & A.O. Rorty (orgs.) (1990), 199-218; Mellema, Gregory (1997), “Moral Luck and Collectives”, *Journal of Social Philosophy*, 38, 145-152.

¹²⁹ Wilson, C. (2007), 205. Cfr. Elshof, Gregg Ten (2001), “The Problem of Moral Luck and the Parable of the Land Owner”, *Philosophia Christi*, 3/1, 139-151.

¹³⁰ Jacobs, J. (2002), 64.

¹³¹ Thomas Nagel sublinha-o também com a citação do poema de Thomas Gray, *Elegy Written in a Country Churchyard*: “Some mute inglorious Milton here may rest / Some Cromwell, guiltless of his country’s blood” – Nagel, Thomas (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 70n9.

¹³² Scanlon, T.M. (2008), 237.

¹³³ Adams, R.M. (2006), 161.

¹³⁴ Doris, J.M. (2002); Annas, Julia (2005), “Comments on John Doris’s *Lack of Character*”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 71/3, 636-642; Audi, R. (1997); Card, C. (1996); Garver, E. (2004); Harman, Gilbert (2000), “The Nonexistence of Character Traits”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 100/1, 223-226; Harman, Gilbert (2001), “Virtue Ethics without Character Traits”, in Byrne, A., R. Stalnaker & R. Wedgwood (orgs.) (2001), 117-127; Harman, Gilbert (2003), “No Character or Personality”, *Business Ethics Quarterly*, 13/1, 87-94; Jacobs, J. (2001); Sher, George (1998), “Ethics, Character, and Action”, *Social Philosophy and Policy*, 15, 1-17; Solomon, Robert C. (2005), “What’s Character Got to Do with It?”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 71, 648-655; Webber, Jonathan (2006b), “Virtue, Character and Situation”, *Journal of Moral Philosophy*, 3/2, 193-213; Zimmerman, David (2003), “Sour Grapes, Self-Abnegation and Character Building: Non-Responsibility and Responsibility for Self-Induced Preferences”, *Monist*, 86/2, 220-241; Athanassoulis, Nafsika (2000), “A Response to Harman: Virtue Ethics and Character Traits”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 100, 215-221.

A «sorte circunstancial» também permite esclarecer que as pessoas raramente perdem todo o controle sobre as suas circunstâncias, e evitam agir em circunstâncias que não reconheçam, em relação às quais não haja um mínimo de controle ou de produto de escolhas pretéritas. Para uma acção ser voluntária bastará que a pessoa preserve, num contexto relevante, a opção de agir ou deixar de agir, com base num conhecimento minimamente adequado dos contornos da situação – não se requerendo um controle absoluto sobre todas as condições que integram as suas circunstâncias, e nem mesmo que todas as condições sejam desejadas ou igualmente desejadas (tendo muitas vezes o agente que «aceitar o preço» das suas principais preferências), ou menos ainda exigindo que o agente queira afirmar o seu carácter sempre como um «solista», por demarcação face ao seu contexto social ou por negação das suas dívidas para com ele¹³⁵.

Aliás, esse controle difuso sobre as circunstâncias permite também esclarecer que a maior parte das decisões moralmente relevantes não são tomadas em situações extremas ou dilemáticas, antes ocorrem em circunstâncias que o próprio agente começou por aceitar como «normais»¹³⁶. De resto nem teriam que o ser, por mais interessantes que se apresentem, simbolicamente, essas situações extremas: as condições «normais» fornecem já ao agente amplíssimas oportunidades de afirmação e de revelação do «carácter» moral, sem necessidade de se avançar para as escolhas dolorosas dos dilemas ou para as opções binárias e urgentes dos testes morais. Insistamos, até na forma como opta pelas circunstâncias e se evade das situações graves ou anormais o agente moral revela a sua índole, a sua racionalidade, o seu auto-domínio.

23. A SORTE CONSTITUTIVA: O QUADRO GERAL

Quanto à «sorte constitutiva», ela refere-se essencialmente à influência, nos juízos morais presentes, de factores, como sentimentos e disposições morais, que não estão presentemente sob o controle do agente, tenham ou não estado alguma vez sob o seu controle. Isso permite distinguir três situações:

1. As qualidades inatas do agente, ou seja, as predisposições de carácter que, de forma mais ou menos rudimentar, condicionam desde o início a edificação moral das crianças¹³⁷;
2. A educação precoce da criança, ou seja, toda aquela indução de hábitos de comportamento que não depende de qualquer controle por parte de quem dela beneficia¹³⁸;
3. O lado edificante da experiência adulta, ou seja, o acumular de situações, conhecimentos e oportunidades para o enriquecimento ou para o

¹³⁵ Adams, R.M. (2006), 165.

¹³⁶ Foot, P. (2002); Fischer, J.M. (org.) (1986); Frankfurt, Harry G. (1969), "Alternate Possibilities and Moral Responsibility", *Journal of Philosophy*, 66, 829-839.

¹³⁷ Foot, P. (2001).

¹³⁸ Spiecker, Ben (1999), "Habituation and Training in Early Moral Upbringing", in Carr, D. & J.W. Steutel (orgs.) (1999), 210-223.

empobrecimento do carácter moral, sempre que essas ocasiões contenham uma margem de casualidade, de «sorte»¹³⁹.

A «sorte constitutiva» também nos desperta para o facto de muitas das nossas qualidades morais serem «cultivadas», no sentido de não poderem ser alcançadas através de simples desejo ou deliberação, antes deverem resultar da sedimentação de uma vontade firme e constante, de um hábito (como ensinava Aristóteles, somos honestos por agirmos consistentemente de forma honesta, não por subitamente desejarmos «passar a ser honestos»). A margem «constitutiva» da nossa moralidade pressupõe, assim, a interferência de uma «sorte nos resultados», nomeadamente a voluntariedade na formação de um hábito moralmente relevante, o carácter central dessa voluntariedade para a sedimentação de um «carácter» moral, e a deliberação nos resultados, ou seja, o desejo revelado de obtenção dos resultados normalmente alcançados pela formação daquele hábito moralmente relevante.

Por outro lado, a «sorte constitutiva», que não deve confundir-se com determinismo nem revestir-se de tonalidades deterministas (o conceito de «liberdade» pretende muitas vezes significar apenas o facto de as pessoas não serem meros produtos do seu meio¹⁴⁰, embora não possam subestimar-se os «handicaps» da fortuna congénita¹⁴¹), tem-se normalmente por superável, ainda que através de um processo longo de edificação e de maturação (razão pela qual a nossa infância e adolescência normalmente correspondem a menores graus de imputabilidade ética¹⁴²). Salvos casos patológicos, não ficamos moralmente cativos dos nossos traços inatos de personalidade ou dos ascendentes da nossa primeira educação infantil – sendo que a «idade adulta» é frequentemente a revelação dessa capacidade de superação, de modelação «de um novo carácter».

Dito isto, acrescentaríamos que o tempo conspira contra a «sorte constitutiva», na medida em que o nosso hábito é a conquista progressiva de controle do agente sobre a sua própria índole moral – que o vai «sedimentando» a si próprio –, ainda que não aceitemos a radicalidade com que o existencialismo sustentou que seríamos «self-made»¹⁴³. Por outro lado, a nossa «boa natureza» é algo que não é espontaneamente sujeito à pressão rectificadora, pela simples razão de que tende a produzir bons resultados – algo que Aristóteles já sublinhara, ao reconhecer que a «virtude natural» não é «virtude genuína», já que entre as boas acções resultantes de ambas só verdadeiramente as segundas são inteiramente merecedoras de aplauso¹⁴⁴.

¹³⁹ Statman, Daniel (1993), “Introduction”, in Statman, D. (org.) (1993), 12.

¹⁴⁰ Watson, Gary (2008), “Responsibility and the Limits of Evil: Variations on a Strawsonian Theme”, in McKenna, M. & P. Russell (orgs.) (2008), 133-134 (115-142).

¹⁴¹ Tales dava graças à sorte de ter nascido ser humano, de ter nascido homem e de ter nascido grego – Williams, B. (1993c), 119.

¹⁴² Adams, R.M. (2006), 159.

¹⁴³ Jacobs, J. (2002), 63-64.

¹⁴⁴ Athanassoulis, N. (2005), 44.

24. A SORTE CONSTITUTIVA E O CARÁCTER MORAL

Em todo o caso, insistamos no que há de perturbador na constatação de que existe uma «sorte constitutiva»: mesmo que facilmente descontemos a sorte que afecta os nossos actos ou a sorte que condiciona as nossas circunstâncias, esse desconto conduzir-nos-ia para a consideração do âmago moral que é o *carácter* do agente; ora, o que dizer se constatarmos que até aí a sorte reina, e que portanto toda e qualquer demonstração de virtude ou de falta dela é obra, mesmo que parcialmente, de um acaso que nos tornou no que somos? Como fazer a triagem, no somatório daquilo que somos, para descobrirmos aquilo que temos mérito em ser? Que restará, por exemplo, do edifício ético e sociopolítico da meritocracia?¹⁴⁵

Rematemos pela positiva: a «sorte constitutiva» também denota que o nosso quadro moral, as oportunidades para o aperfeiçoamento ético do nosso carácter, a nossa virtude em suma, são em larga medida um dom, uma graça: a sorte de termos nascido entre gente de bem, a sorte de termos privado com heróis morais, a sorte de termos vivido em paz. E será que isso corrói tanto o mérito? Uma peça de Mozart terá menos valor intrínseco pela circunstância de sabermos que ela foi composta sem esforço, pelo dom transbordante de um génio musical inato?¹⁴⁶

25. SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA SORTE MORAL

Perante o problema da «sorte moral», três são as vias principais de solução que podem ser, e têm sido, esboçadas: 1) negar-se a existência do problema, reafirmando a exclusividade moral da «pura agência»; 2) negar-se a relevância do problema em muitos contextos, demonstrando-se que neles a sua invocação se torna incongruente; 3) aceitar-se a existência do problema da «sorte moral» mas mitigar-se-lhe o impacto através de uma crítica à «condição de controle» na sua formulação mais drástica e conforme ao ideal da «pura agência».

“Ao ouvir numa peça de Eurípides a frase segundo a qual a virtude ficaria melhor entregue a si mesma, levantou-se indignado e saiu do teatro, dizendo considerar absurdo que as pessoas fizessem tanto alarido com a escassez de escravos e ao mesmo tempo aceitassem que a virtude fosse desprezada dessa maneira”

Diógenes Laércio, Vida de Sócrates, XVI

26. A SOLUÇÃO DA NEGAÇÃO

Para esta via de solução, não há «sorte moral», pelo que a moralidade deve continuar a presidir às nossas vidas, ou ao menos a servir de bastião inexpugnável de atribuição de mérito e demérito àquilo que fazemos.

¹⁴⁵ McNamee, S.J. & R.K. Miller (2004).

¹⁴⁶ Adams, R.M. (2006), 165.

Esta primeira atitude face à constatação do problema da «sorte moral» procura desmontar os argumentos dominantes nesta área temática. São possíveis pelo menos quatro estratégias.

26.1. A SOLUÇÃO DA NEGAÇÃO: AS LIMITAÇÕES COGNITIVAS

Uma primeira estratégia é a de atribuir a limitações epistémicas – os já mencionados vieses cognitivos – do espectador a propensão para conjecturarmos a interposição de «sorte moral»¹⁴⁷. Sobre os três potenciais homicidas, dos quais apenas um alcançou os seus objectivos, que sabemos nós? Como podemos nós estar certos das suas intenções e da determinação volitiva de cada um? Não podemos excluir que a consumação do acto seja o único indício seguro de uma diferença de intenções e de determinação entre os agentes, pelo que pode ser inteiramente justo, do ponto de vista moral, avaliar diferentemente as três actuações; com efeito, que estatuto ético teria uma avaliação que procurasse arrogantemente extravasar do domínio legitimador das nossas próprias e humanas limitações epistémicas?¹⁴⁸

Entre os três irmãos, um que é herói de guerra, outro que é herói da resistência e outro que não é nada (em sede de heroísmo), de novo que sabemos nós – em termos de podermos asseverar que, em outras circunstâncias, todos teriam a mesma conduta? Ou melhor, que provas temos nós mais fortes do que aquelas que nos são fornecidas por aquilo que eles efectivamente fizeram? Sabemos aquilo de que factualmente foram capazes: queremos nós descartar isso em favor de um juízo contrafactual relativo àquilo que eles poderiam ter feito, aquilo de que teriam sido capazes, dadas circunstâncias que podiam ter ocorrido mas não ocorreram?¹⁴⁹ O juiz «Factual» foi corrompido, o juiz «Contrafactual» tê-lo-ia sido mas não o foi – mas como sabemos nós que o teria sido, o que é que nos leva a concluir isso?¹⁵⁰ Nesse ponto o Direito abre-se mais espontaneamente para a admissão da «sorte jurídica», superando paradoxos éticos e epistémicos – o que poderá suceder até por puras razões de segurança¹⁵¹.

Note-se ainda que «sorte epistémica» designa aqui não propriamente o acaso que se reporta à *veracidade* das nossas crenças – que seria confirmada pela sobrevivência aos contra-exemplos celebrizados por Edmund Gettier¹⁵² – mas à *segurança* propiciada por uma crença verdadeira que, apesar de sê-lo, não

¹⁴⁷ Bennett, J. (1995), 59ss.; Latus, Andrew (2000), “Moral and Epistemic Luck”, *Journal of Philosophical Research*, 25, 149-172.

¹⁴⁸ Richards, Norvin (1993), “Luck and Desert”, in Statman, D. (org.) (1993), 167-180; Rescher, Nicholas (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 141-166; Thomson, Judith Jarvis (1993), “Morality and Bad Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 205ss. (195-215).

¹⁴⁹ Haji, Ishtiyaque (2003), “Alternative Possibilities, Luck, and Moral Responsibility”, *Journal of Ethics*, 7, 253-275; Rosebury, Brian (1995), “Moral Responsibility and «Moral Luck»”, *Philosophical Review*, 104, 499-524.

¹⁵⁰ Thomson, Judith Jarvis (1993), “Morality and Bad Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 206ss. (195-215).

¹⁵¹ Enoch, David (2010), “Moral Luck and the Law”, *Philosophy Compass*, 5/1, 48ss. (42-54); Roth, J.K. (org.), 875; Umari, Basil A. (1999), “Is Tort Law Indifferent to Moral Luck?”, *Texas Law Review*, 78, 467-492.

¹⁵² Gettier, Edmund L. (1963), “Is Justified True Belief Knowledge?”, *Analysis*, 23, 121-123.

encontra (ao menos na perspectiva dos «internalistas»¹⁵³) confirmação por se apoiar em mera correspondência casual com os factos¹⁵⁴.

26.2. A SOLUÇÃO DA NEGAÇÃO: AVALIAÇÕES MORAIS E NÃO-MORAIS

Uma segunda estratégia para a negação da «sorte moral» consiste em separar-se o genuíno juízo moral de outro tipo de avaliações de mérito e demérito: por exemplo, uma censura social pode servir outros valores que não meramente os morais¹⁵⁵, e o mesmo pode acontecer com sentimentos de repulsa¹⁵⁶ (e vontade punitiva¹⁵⁷), de ressentimento¹⁵⁸ ou de remorso¹⁵⁹ (Bernard Williams, note-se, coloca especial ênfase na possibilidade de «agent regret» como condição para a justificação racional do acto – sob pena, no seu entender, de adoptarmos uma concepção de valor moral que nos colocaria em conflito com as consequências mundanais das nossas decisões¹⁶⁰).

Vimos até a possibilidade de uma «cobertura de riscos» poder resultar de uma extensão da responsabilidade ética que assumidamente abarca elementos de «sorte», aquilo que poderá conceber-se que seja uma «virtude inominada» que se reporta à vontade de assumir consequências – quiçá a «fibra moral», ou a

¹⁵³ Williamson, Timothy (2007), “On Being Justified in One’s Head”, in Timmons, M., J. Greco & A.R. Mele (orgs.) (2007), 117 (106-122).

¹⁵⁴ Montmarquet, J.A. (1993); Pritchard, Duncan H. (2004), “Epistemic Luck”, *Journal of Philosophical Research*, 29, 193-222; Pritchard, Duncan H. (2006), “Greco on Reliabilism and Epistemic Luck”, *Philosophical Studies*, 130, 35-45; Pritchard, Duncan H. (2006b), “Moral and Epistemic Luck”, *Metaphilosophy*, 37, 1-25; Statman, Daniel (1991), “Moral and Epistemic Luck”, *Ratio*, 4 (n.s.), 146-156.

¹⁵⁵ Pode inclusivamente avançar-se para uma acusação de *irracionalidade* que (ao menos para não-kantianos) não atinja o mérito *moral* do acto – cfr. Andre, Judith (1993), “Nagel, Williams, and Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 123.

¹⁵⁶ Enoch, David & Andrei Marmor (2007), “The Case Against Moral Luck”, *Law and Philosophy*, 26, 405-436; Hankins, Keith (2009), “In Defense of Moral Luck” (paper), 16ss..

¹⁵⁷ Browne, Brynmor (1992), “A Solution to the Problem of Moral Luck”, *Philosophical Quarterly*, 42, 345-356; Parker, Richard (1984), “Blame, Punishment, and the Role of Result”, *American Philosophical Quarterly*, 21, 269-276; Schulhofer, Stephen J. (1974), “Harm and Punishment: A Critique of Emphasis on the Results of Conduct in the Criminal Law”, *University of Pennsylvania Law Review*, 122, 1497-1607; Statman, Daniel (1997b), “The Time to Punish and the Problem of Moral Luck”, *Journal of Applied Philosophy*, 14, 129-135.

¹⁵⁸ Strawson, P.F. (1973); Scanlon, T.M. (2008), 125-126; Eisikovits, Nir (2005), “Moral Luck and the Criminal Law”, in Campbell, J.K., M. O’Rourke & D. Shier (orgs.) (2005), 118ss. (105-124); Kessler, Kimberly D. (1994), “The Role of Luck in the Criminal Law”, *University of Pennsylvania Law Review*, 142, 2188ss. (2183-2237).

¹⁵⁹ Richards, Norvin (1993), “Luck and Desert”, in Statman, D. (org.) (1993), 178-179 (167-180).

¹⁶⁰ Williams, Bernard (1993), “Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 44. Cfr. Baron, Marcia (1988), “Remorse and Agent-Regret”, in French, P.A., T.E. Uehling & H.K. Wettstein (orgs.) (1988), 259-281; Bittner, Rudiger (1992), “Is It Reasonable to Regret Things One Did?”, *Journal of Philosophy*, 89/5, 262-273; Dennett, D.C. (1984); Dennett, Daniel C. (1994), “Get Real: Luck, Regret, and Kinds of Persons”, *Philosophical Topics*, 22, 558-562; Domsky, Darren (2004), “There is no Door: Finally Solving the Problem of Moral Luck”, *Journal of Philosophy*, 101/9, 463; Domsky, Darren (2005), “Tossing the Rotten Thing Out: Eliminating Bad Reasons not to Solve the Problem of Moral Luck”, *Philosophy*, 80, 531-541; Kamm, F.M. (2007), 325ss.; Rosebury, Brian (1995), “Moral Responsibility and «Moral Luck»”, *Philosophical Review*, 104, 514ss. (499-524); Statman, Daniel (2005), “Doors, Keys and Moral Luck: A Reply to Domsky”, *Journal of Philosophy*, 102/8, 422-436.

«generosidade», de se assumir os danos e não se ser evasivo quanto a eles, sempre que a sorte faz decorrer danos de uma conduta que não seria censurável (ao menos juridicamente censurável) sem eles¹⁶¹. Em todos os casos, o equívoco quanto à formulação de genuínos juízos morais leva-nos a postularmos a interposição de «sorte moral»: mas essa conclusão é arredada mal nos apercebamos de que não são genuínos juízos morais aqueles que estão em causa.

Também é possível estabelecer-se uma fronteira entre dois tipos de responsabilidade: aquela «que exprime a falta» e aquela «que exprime a imputação» (a «*fault-expressing responsibility*» e a «*agency-linking responsibility*»), a primeira funcionando como meio de revelação do carácter do agente, a segunda servindo para o estabelecimento da relação causal – podendo sempre invocar-se que é muito mais na segunda do que na primeira (pura questão de grau) que incide a alegada margem de «sorte moral» que emerge do nosso viés de avaliação, porque na relação causal o nosso controle pode entrar em colapso; enquanto que é sobretudo na primeira (nova questão de grau) que verdadeiramente se joga a dimensão ética – antes das implicações particulares da nossa «agência» com os eventos¹⁶².

Esta estratégia pode ser ligeiramente modificada com simples desígnios consequencialistas, atendendo à ideia de que a nossa consciência moral é despertada por modificações em «estados do mundo», transitando para a imputação a agentes desses estados do mundo, e só por fim remata com avaliações positivas ou negativas em atenção ao elemento de controle, e logo de responsabilidade, que possa discernir-se nas acções – pelo que os nossos juízos não podem ser indistintamente niveladores e devem consentir *tratamentos* individualizados, sob pena de induzirem uniformemente nos agentes uma atitude defensiva que seria bloqueadora do nosso funcionamento diferenciado como agentes morais no mundo¹⁶³.

Porventura é nesta estratégia, mais do que nas outras, que se presente o risco que já foi assinalado ao «absolutismo moral» que alguns se obstinam em atribuir a Kant – o de deixar o acaso exonerar o agente da sua vinculação à lei moral, o de soçobrar no extremo do «nada» por insistência maniqueísta no «tudo ou nada»¹⁶⁴.

26.3. A SOLUÇÃO DA NEGAÇÃO: SORTE MORAL E SORTE JURÍDICA

¹⁶¹ Wolf, Susan (2001), “The Moral of Moral Luck”, *Philosophic Exchange*, 31, 15ss. (4-19).

¹⁶² Zipursky, Benjamin C. (2008), “Two Dimensions of Responsibility in Crime, Tort, and Moral Luck”, *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 97-137; Hankins, Keith (2009), “In Defense of Moral Luck” (paper), 19ss..

¹⁶³ Domsy, Darren (2004), “There is no Door: Finally Solving the Problem of Moral Luck”, *Journal of Philosophy*, 101/9, 445-464; Jensen, Henning (1993), “Morality and Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 131-140; Long, Roderick T. (1999), “The Irrelevance of Responsibility”, *Social Philosophy and Policy*, 16/2, 118-145; Makkuni, Santosh (1996), “Moral Luck and Practical Judgment”, *Journal of Speculative Philosophy*, 10/3, 199-209.

¹⁶⁴ Nussbaum, M.C. (2001), 49; Strawson, Galen (1994), “The Impossibility of Moral Responsibility”, *Philosophical Studies*, 75, 5-24.

Uma terceira estratégia é a de demarcação entre «sorte moral» e «sorte jurídica», fazendo notar que os diversos fins da ordem jurídica podem ditar apreciações valorativas sobre as acções que, além de abarcarem assumidamente margens de risco a todos os níveis, não menos declarada e resolutamente se afastam da simples avaliação moral. Por exemplo, na reacção a um dano os objectivos de reparação ou de retribuição podem casar-se com objectivos de prevenção geral e especial¹⁶⁵, ou com objectivos de segurança ou de eficiência, sem que nada disso desvirtue o alcance da avaliação jurídica dos actos¹⁶⁶. Noutra exemplo: que juridicamente a reacção ao crime consumado seja muito distinta da reacção à tentativa, ao crime impossível ou ao crime de perigo – eis o que não causa a menor perplexidade ao Direito, liberto que está de uma dependência exclusiva perante os ditames da Ética¹⁶⁷.

Notemos contudo, e singelamente, que essa demarcação entre Direito e Ética, tão fácil ao nível da reflexão sobre os princípios, não é espontânea nem é autorizada pela percepção comum que estriba muita da força da Lei no acatamento ditado por uma «convicção de obrigatoriedade» que nasce de imperativos morais – e por isso não desmente a frequência com que, equivocadamente embora, transitamos de uma para a outra e postulamos a existência de «sorte moral» nos equívocos que vão surgindo nesse trânsito entre ambas.

26.4. A SOLUÇÃO DA NEGAÇÃO: A VIA LIBERTÁRIA

Uma quarta estratégia consiste numa mudança de perspectiva básica quanto àquilo que possa entender-se como «agência», como responsabilidade pelos nossos actos livres – asseverando que somos radicalmente libertos de influências antecedentes na formação da nossa vontade e que a nossa intenção é por sua vez radicalmente imune a factores exógenos na produção dos seus próprios objectivos: é uma visão libertária que em primeira linha procura negar a existência, ou ao menos o ascendente, da «sorte constitutiva», mas se espraia nas suas implicações para as outras formas de «sorte moral», e que na essência se cinge à proclamação de que, bem vistas as coisas, afinal nada, na nossa actuação sobre o mundo, está verdadeiramente fora do nosso controle¹⁶⁸.

Se os resultados não foram aqueles que a intenção parecia visar; se as circunstâncias não permitiram pôr à prova o carácter moral; se a conformação

¹⁶⁵ Ripstein, Arthur (2008), “Closing the Gap”, *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 82 (61-95).

¹⁶⁶ Rosebury, Brian (1995), “Moral Responsibility and «Moral Luck»”, *Philosophical Review*, 104, 521ss. (499-524).

¹⁶⁷ Bittner, Thomas (2008), “Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck”, *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 51-84; Shavell, Stephen (1990), “Deterrence and the Punishment of Attempts”, *Journal of Legal Studies*, 19, 435-466.

¹⁶⁸ Clarke, Randolph (1993), “Toward a Credible Agent-Causal Account of Free Will”, *Nous*, 27, 191-203; Mele, Alfred R. (1999), “Ultimate Responsibility and Dumb Luck”, *Social Philosophy and Policy*, 16, 274-293; Mele, A.R. (2006); O'Connor, T. (2000); Taylor, Richard (1966), *Action and Purpose*, Englewood Cliffs NJ, Prentice-Hall; Tiboris, Michael (2006), “Denying the Control Principle” (paper).

originária desse carácter propiciou e vedou possibilidades morais, então, concluir-se-á, aquele que é como é e agiu como agiu (ou deixou de agir) é inteiramente *responsável*, ainda que eventualmente não chegue a ser responsável *por coisa nenhuma*¹⁶⁹; querendo isto dizer que pode não ter ocorrido uma transformação em «estados do mundo», mas decerto a pura intenção no momento do controle total permite já uma modificação do estatuto moral, do registo do carácter, revelando ao mundo o potencial para, em diferentes circunstâncias ou com diferentes antecedentes, essa vontade se converter eficientemente em resultados.

Esta nova visão sobre a responsabilidade mais não faz, afinal, do que estender, com máxima amplitude, o domínio da «condição de controle» para a esfera do contrafactual, consistindo portanto na defesa mais congruente do carácter «transcendental» ou «presidente» da «condição de controle». Resta saber, contudo, se é aceitável, se não é contra-intuitiva, a noção de *responsabilidade sem objecto* que decorre desta posição, e se os próprios referenciais contra-factuais não fazem esta posição soçobrar no irrealismo e na irrelevância¹⁷⁰.

27. A SOLUÇÃO DA RESTRIÇÃO

Esta linha de solução entende que há «sorte moral» apenas nalguns aspectos das nossas vidas, sendo que a sua invocação é incongruente em muitos recantos da nossa acção no mundo, em especial no que se refere à «sorte constitutiva» – essencialmente porque mesmos os traços básicos, herdados ou precocemente adquiridos, da nossa personalidade, por muito que tenham chegado até nós fora do âmbito do nosso controle, não obstante compõem a própria identidade do agente moral e podem ser dele incindíveis¹⁷¹.

Retornemos à observação de Nicholas Rescher, de que a identidade deve preceder logicamente a «sorte», e ao corolário de que não faz muito sentido dizermos que temos «sorte» em sermos individualmente quem somos, devendo reservar a expressão «sorte» para aquilo que nos sucede (circunstancialmente) e para aquilo que fazemos suceder (como resultado da nossa acção)¹⁷². Acrescentemos que não somos auto-criadores, ao menos em toda a extensão da nossa personalidade moral, pelo que não deixa de fazer sentido a admissão de uma margem de «sorte constitutiva» - e eis-nos assim defrontados com uma incongruência na invocação da «sorte moral», ao menos numa das suas específicas facetas¹⁷³.

¹⁶⁹ Zimmerman, Michael J. (2002), "Taking Luck Seriously", *Journal of Philosophy*, 99, 565ss. (553-576).

¹⁷⁰ Nelkin, Dana K. (2004), "Irrelevant Alternatives and Frankfurt Counterfactuals", *Philosophical Studies*, 121, 1-25.

¹⁷¹ Kolb, R.W. (org.) (2008), 1427.

¹⁷² Ver ainda: Rescher, N. (1995), 155-158.

¹⁷³ Browne, Brynmor (1992), "A Solution to the Problem of Moral Luck", *Philosophical Quarterly*, 42, 345-356; Nagel, T. (1986), 118ss.; Strawson, G. (1986).

28. A SOLUÇÃO DA ADMISSÃO DA SORTE MORAL: O ATAQUE À PURA AGÊNCIA

Nesta última via de solução directa do problema, entende-se que há «sorte moral» e há um acaso que preside às nossas vidas, que não são susceptíveis de «descontaminação» dos efeitos da fortuna e do infortúnio. Esta posição rejeita a «condição de controle» e o pano de fundo kantiano em que ela se desenvolve. Poderia pensar-se que a plena adopção desta posição deveria reflectir-se ao nível dos nossos juízos morais comuns, levando ao abandono dos juízos de imputação e de responsabilidade, em favor de formas de avaliação mais permeáveis ao peso dos factos. No entanto, isso parece atribuir um alcance máximo à interferência da «sorte moral», o que não se afigura óbvio ou pacífico.

Alguns defendem a este respeito uma posição que deriva do «compatibilismo», ou seja, do entendimento de que mesmo num mundo determinista há espaço para manifestações de livre arbítrio, sustentando que pode haver um domínio parcial de circunstâncias mesmo que isso não signifique o controle perfeito, desde que esse domínio parcial implique a susceptibilidade de geração de efeitos que sejam «apropriáveis» como emanações do «carácter moral» do agente – ou seja, desde que os actos sejam minimamente demonstrativos da índole do indivíduo¹⁷⁴. Para os compatibilistas, foi já judiciosamente observado, a separação entre «responsabilidade» e «controle», e a concomitante responsabilidade por coisas que, como agentes, não controlamos, é facto inteiramente pacífico¹⁷⁵.

Outros seguem a linha libertária de argumentação a que nos referimos já, insistindo na preservação das condições, tanto de formação como de expressão livre, das nossas características morais por sobre um pano de fundo circunstancial que não controlamos mas que sabemos sujeito à cadência não-determinista das leis da natureza, e que nessa medida se revela dúctil aos nossos esforços intencionais¹⁷⁶.

Mais convincente é o regresso à ideia de que a «condição de controle» reclama uma «pureza de agência» verdadeiramente «numenal» que, além de revelar-se inatingível, reclamaria da nossa actuação moral um empobrecimento de objecto que tornaria a nossa vida particularmente desinteressante, desprovida da fragilidade que por si mesma gera oportunidades para a virtude e para a solidariedade entre membros da espécie¹⁷⁷; ainda que a possibilidade de tragédia seja o preço a pagar pela imersão nesse universo de contingência no qual aceitamos andar à deriva, determinando cadeias causais e deixando-nos determinar por elas sem fronteiras nítidas entre essas situações, navegando ao sabor da «agência impura»¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Fischer, J.M. & M. Ravizza (1998); Wolf, S. (1990).

¹⁷⁵ Nida-Rümelin, Julian (2004), “There Is No Moral Luck” (paper), 1.

¹⁷⁶ Kane, R. (1996); Kane, Robert (1999), “Responsibility, Luck, and Chance: Reflections on Free Will and Indeterminism”, *Journal of Philosophy*, 96, 217-240; Nozick, Robert (1981), *Philosophical Explanations*, Oxford, Oxford University Press.

¹⁷⁷ Cottingham, John (2009), “The Good Life and the «Radical Contingency of the Ethical»”, in Callcut, D. (org.) (2009), 24-42.

¹⁷⁸ Walker, Margaret Urban (1993), “Moral Luck and the Virtues of Impure Agency”, in Statman, D.

Percamos o «medo da contingência», para reconhecemos que nada ganhamos em definir a «condição de controle» como algo contraposto ao mundo, algo de imune ao ascendente da sorte: o «controle» de que falamos é algo de imerso na contingência, e que só parcialmente é livre ou emancipável dessa contingência¹⁷⁹.

“O correcto entendimento de que a morte nada significa torna aprazível a mortalidade da vida, não porque lhe acrescente um tempo ilimitado mas porque anula o desejo de imortalidade. Porque nada permanece terrível na vida daquele que perdeu o terror de deixar de viver”

Epicuro, Epistula ad Menoeceum, 124-125

29. A VULNERABILIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA

Pese o respeito que os estóicos merecem, reconheçamos que uma vida moral estritamente assente na invulnerabilidade seria uma vida muito pobre – uma vida de abstenção e de contemplação, privada da acção que comporta com ela uma margem ineliminável de risco, privada do empenho na promoção de valores éticos que se articulam entre eles de modo contingente, privada das emoções que são o alimento da vida virtuosa e a condição da gratificação da própria virtude¹⁸⁰. As nossas dores, as nossas fraquezas, as nossas tragédias, podem ser onerações demasiado pesadas para a nossa vulnerabilidade, para a nossa condição terrena¹⁸¹, e é como consolação contra ela que por vezes nos representamos a auto-suficiência dos deuses (com a única excepção, na era pré-cristã, de *Dioniso / Baco*, o único deus vulnerável, que morre e ritualmente ressuscita¹⁸²) ou a inocência dos animais não-humanos¹⁸³ – mas cedo percebemos que a Ética e a Filosofia nos são necessárias porque não somos uns nem outros, pois o nosso inacabamento reclama de nós «investimento no mundo», e que este «investimento» é o próprio «sal» da existência¹⁸⁴.

Não é possível vivermos e conservarmos as mãos limpas nesse afã existencial, nem abandonarmo-nos à ilusão de conciliações na «*sittlichkeit*» hegeliana¹⁸⁵; como enfatizava o «apóstolo da imersão», Aristóteles, visamos ser

(org.) (1993), 243-244 (235-250).

¹⁷⁹ Bittner, Thomas (2008), “Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck”, *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 73 (51-84).

¹⁸⁰ Nussbaum, M.C. (2001), xxix-xxx.

¹⁸¹ Sabini, J. & M. Silver (1998); Sankowski, Edward (1977), “Responsibility of Persons for Their Emotions”, *Canadian Journal of Philosophy*, 7, 829-840; Schlossberger, Eugene (1986), “Why We Are Responsible for Our Emotions”, *Mind*, 95, 37-56; Schlossberger, E. (1992); Sherman, Nancy & Heath White (2003), “Intellectual Virtue: Emotions, Luck, and the Ancients”, in DePaul, M. & L. Zagzebski (orgs.) (2003), 34-53; Sherman, Nancy (1999), “Taking Responsibility for Our Emotions”, *Social Philosophy and Policy*, 16, 294-323.

¹⁸² Nussbaum, M.C. (2001), 194-195.

¹⁸³ Statman, Daniel (1993), “Introduction”, in Statman, D. (org.) (1993), 3-4.

¹⁸⁴ Nussbaum, M.C. (1994), 256.

¹⁸⁵ Wilson, C. (2007), 101; Nussbaum, Martha C. (2009), “Bernard Williams: Tragedies, Hope, Justice”,

corajosos, não apenas indagar o que a coragem é, ser justos e não nos ficarmos pelas reflexões sobre a justiça (*Ética a Eudemo*, I,5, 1216^b22-25).

Podemos, em suma, sonhar com essas invulnerabilidade e auto-suficiência da divindade e da animalidade: mas ao acordarmos perceberíamos que a ausência de limites seria, para nós, um limite em si mesmo – uma privação da vulnerabilidade que nos faz amarmos e termos aspirações¹⁸⁶. A rematar uma análise minuciosa daquela criação paradoxal que é um poema trágico escrito por um autor estoíco, Martha Nussbaum observa sobre a *Medeia* de Sêneca: “nunca o verdadeiro perigo que a literatura representa para a filosofia esteve tão evidente como aqui, no seio desta peça: porque no próprio acto de converter a tragédia num argumento estoíco, o estoicismo fere-se a si mesmo”¹⁸⁷.

30. NO CERNE DA SORTE MORAL

Regressemos à admissão de que, no próprio momento em que procuramos traçar em nosso redor uma fronteira para concluirmos que só temos responsabilidade por aquilo que ocorre dentro dessa fronteira e não por aquilo em que se traduz a nossa presença fora dela, de imediato se nos impõe que a sorte interfere também naquilo que se passa no interior daquela fronteira; e que se procurarmos cingir mais essa fronteira, limitando-a ao domínio das nossas puras intenções e projectos, não demoraremos a reconhecer que também aí a sorte desempenha um papel fulcral; pelo que, não havendo mais para onde recuar, deveríamos antes conciliar-nos com a ideia de que todas as facetas das nossas vidas são tocadas pela sorte, e que esse é o próprio âmago da nossa natureza de agentes livres que actuam e são relevantes no mundo real, no mundo dos eventos efectivos¹⁸⁸.

Percebe-se por isso que haja quem entenda que é preciso demarcar a «condição de controle» de outras que dela se aproximam e que podem por isso confundir-se com ela, como por exemplo as formas de imputação que censuram ou aplaudem características e atitudes morais que manifestamente não emergem de opções nossas e são antes espelho de um «zeitgeist», por exemplo, ou que longe de preencherem o quadro total do nosso carácter moral apenas representam uma base mínima de identificação do que é «normal» na conduta moral expectável (desse modo convergindo para os padrões da juridicidade)¹⁸⁹.

Uma vez aceite a existência de sorte moral, conclua-se, é difícil, se não impossível, impor uma demarcação dos seus efeitos que, em nome de juízos de

in Callcut, D. (org.) (2009), 215ss. (213-241).

¹⁸⁶ Nussbaum, M.C. (2001), 342, 416-417.

¹⁸⁷ Nussbaum, M.C. (1994), 471.

¹⁸⁸ Bittner, Thomas (2008), “Punishment for Criminal Attempts: A Legal Perspective on the Problem of Moral Luck”, *Canadian Journal of Philosophy*, 38/1, 78 (51-84).

¹⁸⁹ Adams, Robert Merrihew (1985), “Involuntary Sins”, *Philosophical Review*, 94, 3-31; Moore, M.S. (2009); Sverdlik, Steve (1993), “Crime and Moral Luck”, in Statman, D. (org.) (1993), 181-194.

«aceitabilidade» e «inaceitabilidade», exclua a sua presença de todo e qualquer quadrante no horizonte da nossa realização pessoal. Qualquer esforço nesse sentido poderia muito simplesmente redundar em cepticismo moral¹⁹⁰.

31. A SOLUÇÃO ARISTOTÉLICA

Parece-nos, em suma, que a posição de Aristóteles não foi ainda superada como resposta global e coerente ao problema da sorte moral e às devastações trazidas pela fortuna (*tuchē*) – principalmente porque aponta para a forma como o carácter moral pode ser preservado em presença dos embates da tragédia pessoal, fazendo-o de um modo «integracionista» (balanceando a faceta delicada, passiva e vulnerável dos seres humanos com a sua faceta autónoma, activa e resistente¹⁹¹), abarcando esta perene oscilação entre admissão e repúdio da sorte, que está, como temos visto, no âmago da nossa Ética¹⁹².

Não que, confrontada com Kant, a sua posição não sofra alguns abalos, ao menos por contraponto: o projecto kantiano é mais radical e igualitário, depositando toda a fé na possibilidade de conversão moral pela força de uma racionalidade que ele pressupõe universalmente distribuída, enquanto que na visão aristotélica a margem de «sorte» faz descreer da hipótese de redenção moral universal, encaminhando-se antes para uma solução elitista; em Kant o juízo moral pode ser absoluto e binário, por simples aferição baseada em imperativos transparentes à razão, enquanto que em Aristóteles tudo dependerá do arco evolutivo da moralidade, do estágio de sedimentação do hábito virtuoso, pelo que se admitirão todas as gradações e *nuances* na emissão do juízo moral; na visão kantiana a moralidade será desafiante e policiadora, na visão aristotélica ela será a base impulsionadora de uma acção virtuosa¹⁹³.

Mas Aristóteles, insistamos, parece aproximar-se mais de um quadro coerente¹⁹⁴:

Primeiro, porque repetidamente insiste no facto de não haver vida humana que valha a pena sem risco, sem que em contrapartida a vulnerabilidade dos justos seja invariavelmente paralisante¹⁹⁵ – pois no meio da adversidade a sabedoria

¹⁹⁰ Uma «hiper-moralização» da nossa presença causal no mundo dos eventos levaria a absurdos: aquele que atropelou um transeunte não o teria feito se tem demorado mais cinco minutos a sair de casa, se por exemplo tem gasto esse tempo suplementar no seu pequeno almoço. Mas que valor moral tem (no contexto de imprevisibilidade, entenda-se) a decisão de se gastar mais cinco minutos num pequeno almoço? Cfr. Baker, Tom (2008), "Liability Insurance, Moral Luck, and Auto Insurance", *Theoretical Inquiries in Law*, 9, 165-184.

¹⁹¹ Athanassoulis, N. (2005), 17.

¹⁹² Goldberg, John C.P & Benjamin C. Zipursky (2007), "Tort Law and Moral Luck", *Cornell Law Review*, 92, 1130-1131 (1123-1176).

¹⁹³ Athanassoulis, N. (2005), 133-134.

¹⁹⁴ Farwell, Paul (1994), "Aristotle, Success, and Moral Luck", *Journal of Philosophical Research*, 19, 37-50.

¹⁹⁵ O'Connor, David (1988), "Aristotelian Justice as a Personal Virtue", in French, P.A., T.E. Uehling & H.K. Wettstein (orgs.) (1988), 417-427.

prática é capaz de ductilidade e de inteligência na revelação de rumos (daí a sua abertura à consideração dos dilemas trágicos, que espelham a necessidade de ductilidade das soluções equitativas como contraponto contra o «*summum ius summa iniuria*» de uma regra de conduta insensível à vulnerabilidade¹⁹⁶).

Segundo, porque admite que a vulnerabilidade seja tão real que, privado da oportunidade de desenvolver um hábito moral, o agente acabe definitivamente arredado da possibilidade de *eudaimonia* (*Ética a Nicómaco*, I,8, 1099^a16-1099^b8)¹⁹⁷.

Terceiro, porque em vez de uma invulnerabilidade alcançada por diminuição ou eliminação das nossas expectativas sobre o mundo, defende pelo contrário uma intensificação da actividade sobre ele, de forma a aproximar esse mundo dos nossos ideais e das nossas expectativas¹⁹⁸.

Quarto, porque em vez de querer centrar a Ética naquilo que está imune à sorte, no sentido daquilo que está já sob o nosso controle, faz um apelo a que conquistemos activamente aquilo que para nós é importante, centrando o mérito moral nessa conquista de controle¹⁹⁹.

Por fim, porque perante os embates da fortuna e perante a sua prevalência, Aristóteles apela à aceitação serena e não-resignada, apela ao seu reconhecimento e identificação (a conciliação pragmática do «intelectualismo»), como desafio e não como motivo de desespero com a condição humana²⁰⁰.

32. SORTE MORAL E TRAGÉDIA PESSOAL

Forçoso será reconhecer que, em boa congruência, a tragédia pessoal, a causalidade que conduz de acções moralmente boas (ou neutras) a más consequências, a degradação involuntária das condições de que depende a persistência da prática moral, pode vedar o florescimento de uma vida virtuosa e plena, mas como mera má sorte não se converte em «sorte moral» em sentido estrito, por não contribuir, seja de que forma for, para qualquer avaliação do carácter moral do agente, por não promover qualquer «diferença ética» – mas apenas propiciar o lamento, quando as circunstâncias tenham abreviado o horizonte de afirmação de um bom carácter moral.

Reconheçamos singelamente que é preciso «sorte moral» não apenas na formação do carácter virtuoso mas também na sua defesa, na sua manutenção: a «lavagem ao cérebro», a tortura, podem quebrar a firmeza moral, a personalidade pode alterar-se radicalmente com uma lesão cerebral, o carácter pode dissolver-

¹⁹⁶ Corcoran, Marlena G. (1992), "Aristotle's Poetic Justice", *Iowa Law Review*, 77, 850 (837-850).

¹⁹⁷ Annas, J. (1993).

¹⁹⁸ Um ponto muito enfatizado por aqueles que não querem ver em Aristóteles um conformado com a «sorte moral»: cfr. Athanassoulis, N. (2005), 81; Sherman, Nancy (1999b), "Character Development and Aristotelian Virtue", in Carr, D. & J.W. Steutel (orgs.) (1999), 35-48.

¹⁹⁹ Burnyeat, Miles F. (1980), "Aristotle on Learning to Be Good", in Rorty, A.O. (org.) (1980), 69-92.

²⁰⁰ Nussbaum, M.C. (2001), 340, 352, 392.

se progressivamente com a doença de Alzheimer, e a morte tudo inutiliza²⁰¹. E também é preciso ter a sorte de que o destino nos conceda o tempo necessário para a consumação de alguns ideais éticos dentro do confinamento das nossas vidas, a sorte de termos uma longevidade adequada ao nosso projecto de deixarmos uma marca relevante nos «estados do mundo», a fortuna, ao menos, de nos arrependermos a tempo dos nossos pecados²⁰².

Para isso precisamos de ter presente ao nosso espírito as verdadeiras implicações existenciais da tragédia pessoal, aquela que ocorre e aquela que está latente, como inversão de fortuna, em toda a nossa vida – seja para despertarmos do atordoamento de um optimismo imbecil que é propiciado pela nossa civilização protectora e veneradora do «critério do sucesso», seja ao invés para sacudirmos o fatalismo que, sempre que redunde em irracionalismo e desânimo quanto à nossa capacidade de progresso moral redentor, tende a alastrar e a auto-confirmar-se²⁰³.

Regressemos a Aristóteles e Kant para concluirmos que eles representam, afinal, duas perspectivas polarizadas de uma única verdade partilhada entre eles, a de que aquilo que designamos por moralidade é uma tensão entre, por um lado, a força com que defrontamos o mundo e procuramos criar nele o espaço do nosso mundo cultural, a marca perene da nossa liberdade, e por outro lado somos forçados, por imperativo de plausibilidade, a reconhecer que a sorte preside ao nosso fado²⁰⁴.

Poderíamos pensar na «sorte moral» como não mais do que um curioso pretexto para reflectirmos sobre as fronteiras entre o «moral» e o «não-moral»: mas no fim talvez sejamos conduzidos a reconhecer que esse problema nos ensina a olharmos para a moralidade da perspectiva de investidores de longo prazo, que examinam as condutas, próprias e alheias, no âmbito particular das suas circunstâncias, sem perderem de vista que o que realmente conta é a avaliação da moralidade no contexto mais geral do arco completo da vida do agente, a avaliação do seu *carácter*²⁰⁵.

“A tragédia grega mostra-nos pessoas boas a serem arruinadas por coisas que simplesmente lhes acontecem, coisas que elas não controlam”

Martha Nussbaum, The Fragility of Goodness, 25

“Ainda mesmo que por um desfavor especial do destino, ou pelo apetrechamento avaro de uma natureza madrasta, faltasse totalmente a esta boa vontade o poder de fazer vencer as suas intenções, mesmo que nada

²⁰¹ Adams, R.M. (2006), 160.

²⁰² Adams, R.M. (2006), 163.

²⁰³ Midgley, M. (2001), 29; Pritchard, Duncan H. & Matthew Smith (2004), “The Psychology and Philosophy of Luck”, *New Ideas in Psychology*, 22, 1-28; Smith, T. (2000).

²⁰⁴ Korsgaard, Christine M. (1996), “From Duty and for the Sake of the Noble: Kant and Aristotle on Morally Good Action”, in Engstrom, S. & J. Whiting (orgs.) (1996), 203-236; Athanassoulis, N. (2005), 160-163.

²⁰⁵ Michaelson, Christopher (2008), “Moral Luck”, in Kolb, R.W. (org.) (2008), 1428.

puдesse alcanęar a despeito dos seus maiores esforęos, e s3 afinal restasse a boa vontade [...], ela ficaria brilhando por si mesma como uma j3ia, como alguma coisa que em si mesma tem o seu pleno valor. A utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar ou tirar a esse valor”

Immanuel Kant, *Fundamentaę3o da Metaf3sica dos Costumes, I (Ak IV: 394)*

“Se uma pessoa n3o estiver livre de doenęas, ou se n3o for forte, n3o estar3 imune ao sofrimento. E n3o poder3 levar uma vida longa e saud3vel se n3o tiver sorte”

Arist3teles, *Ret3rica, I.5 (1361^b29-31)*

BIBLIOGRAFIA

- Adams, Robert Merrihew (2006), *A Theory of Virtue. Excellence in Being for the Good*, Oxford, Clarendon
- Annas, Julia (1993), *The Morality of Happiness*, New York, Oxford University Press
- Arist3teles (1984), *The Complete Works of Aristotle. The Revised Oxford Translation* (Jonathan Barnes, ed.), 2 vols., Princeton NJ, Princeton University Press
- Arpaly, Nomy (2003), *Unprincipled Virtue: An Inquiry into Moral Agency*, Oxford, Oxford University Press
- Athanassoulis, Nafsika (2005), *Morality, Moral Luck and Responsibility: Fortune’s Web*, New York, Palgrave – McMillan
- Audi, Robert (1997), *Moral Knowledge and Ethical Character*, New York, Oxford University Press
- Benn, Piers (1998), *Ethics*, London, UCL Press
- Bostock, David (2000), *Aristotle’s Ethics*, New York, Oxford University Press
- Bowlin, John (1999), *Contingency and Fortune in Aquinas’s Ethics*, New York, Cambridge University Press
- Brewer, Talbot (2000), *The Bounds of Choice: Unchosen Virtues, Unchosen Commitments*, New York, Garland Publishing
- Byrne, Alex, Robert Stalnaker & Ralph Wedgewood (orgs.) (2001), *Fact and Value*, Cambridge MA, MIT Press
- Callcut, Daniel (org.) (2009), *Reading Bernard Williams*, London, Routledge
- Campbell, Joseph Keim, Michael O’Rourke & David Shier (orgs.) (2005), *Law and Social Justice*, Cambridge MA, MIT Press
- Card, Claudia (1996), *The Unnatural Lottery: Character and Moral Luck*, Philadelphia PA, Temple University Press
- Carr, David & J.W. Steutel (orgs.) (1999), *Virtue Ethics and Moral Education*, New

York, Routledge

Dancy, Johnathan, J.M.E. Moravcsik & C.W.W. Taylor (orgs.) (1988), *Human Agency: Language, Duty, and Value*, Stanford CA, Stanford University Press

Dennett, Daniel C. (1984), *Elbow Room*, Cambridge MA, MIT Press

Dent, N.J.H. (1984), *The Psychology of the Virtues*, Cambridge, Cambridge University Press

DePaul, Michael & Linda Zagzebski (orgs.) (2003), *Intellectual Virtue. Perspectives from Ethics and Epistemology*, New York, Oxford University Press

Dickenson, Donna (2003), *Risk and Luck in Medical Ethics*, Cambridge, Polity Press

Doris, John M. (2002), *Lack of Character: Personality and Moral Behavior*, Cambridge, Cambridge University Press

Duff, R. Anthony (1990b), *Intention, Agency and Criminal Liability*, Oxford, Blackwell

Duff, R. Anthony (1996), *Criminal Attempts*, New York, Clarendon

Dworkin, Ronald (2000), *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*, Cambridge MA, Harvard University Press

Eaton, Marcia Muelder (2001), *Merit, Aesthetic and Ethical*, New York, Oxford University Press

Engstrom, Stephen & Jennifer Whiting (orgs.) (1996), *Aristotle, Kant and the Stoics. Rethinking Happiness and Duty*, Cambridge, Cambridge University Press

Epicurus (1926), *The Extant Remains. With Short Critical Apparatus, Translation and Notes* (Cyril Bailey, ed.), Oxford, Clarendon

Feinberg, Joel (1970), *Doing and Deserving: Essays in the Theory of Responsibility*, Princeton NJ, Princeton University Press

Fischer, John Martin & Mark Ravizza (1998), *Responsibility and Control: A Theory of Moral Responsibility*, Cambridge, Cambridge University Press

Fischer, John Martin (org.) (1986), *Moral Responsibility*, Ithaca NY, Cornell University Press

Flanagan, Owen J. & Amélie Oksenberg Rorty (orgs.) (1990), *Identity, Character, and Morality*, Cambridge MA, MIT Press

Foley, Richard (1987), *A Theory of Epistemic Rationality*, Cambridge MA, Harvard University Press

Foot, Philippa (2001), *Natural Goodness*, New York, Oxford University Press

Foot, Philippa (2002), *Moral Dilemmas*, New York, Oxford University Press

Foot, Philippa (2002b), *Virtues and Vices*, New York, Oxford University Press

- French, Peter A., Theodore E. Uehling & Howard K. Wettstein (orgs.) (1988), *Ethical Theory: Character and Virtue*, Notre Dame IN, University of Notre Dame Press
- Garver, Eugene (2004), *For the Sake of Argument: Practical Reasoning, Character, and the Ethics of Belief*, Chicago, University of Chicago Press
- Haddock, A., A. Millar & D.H. Pritchard (orgs.) (2009), *Epistemic Value*, Oxford, Oxford University Press
- Hurley, Susan L. (2003), *Justice, Luck, and Knowledge*, Cambridge MA, Harvard University Press
- Jacobs, Jonathan (2001), *Choosing Character: Responsibility for Virtue and Vice*, Ithaca NY, Cornell University Press
- Jacobs, Jonathan (2002), *Dimensions of Moral Theory. An Introduction to Metaethics and Moral Psychology*, Oxford, Blackwell
- Kamm, F.M. (2007), *Intricate Ethics. Rights, Responsibilities, and Permissible Harm*, New York, Oxford University Press
- Kane, Robert (1996), *The Significance of Free Will*, New York, Oxford University Press
- Kant, Immanuel (1986), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (trad. p/ Paulo Quintela), Lisboa, Edições 70
- Katz, Leo (1987), *Bad Acts and Guilty Minds*, Chicago, University of Chicago Press
- Kekes, John (1993), *The Morality of Pluralism*, Princeton NJ, Princeton University Press
- Kolb, Robert W. (org.) (2008), *Encyclopedia of Business Ethics and Society*, Los Angeles CA, Sage
- Kornblith, Hilary (org.) (2001), *Epistemology: Internalism and Externalism*, Oxford, Basil Blackwell
- Maugham, William Somerset (1919), *The Moon and Sixpence*, London, William Heinemann
- McKenna, Michael & Paul Russell (orgs.) (2008), *Free Will and Reactive Attitudes. Perspectives on P.F. Strawson's «Freedom and Resentment»*, Farnham, Ashgate
- McNamee, Stephen J. & Robert K. Miller (2004), *The Meritocracy Myth*, Lanham MD, Rowman & Littlefield
- Mele, Alfred R. (2006), *Free Will and Luck*, New York, Oxford University Press
- Midgley, Mary (1994), *The Ethical Primate. Humans, Freedom and Morality*, London, Routledge
- Midgley, Mary (2001), *Wickedness. A Philosophical Essay*, London, Routledge
- Milo, Ronald D. (1984), *Immorality*, Princeton NJ, Princeton University Press

- Montmarquet, James A. (1993), *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*, Lanham MD, Rowman & Littlefield
- Moore, Michael S. (2009), *Causation and Responsibility*, New York, Oxford University Press
- Morris, Herbert (org.) (1961), *Freedom and Responsibility*, Stanford CA, Stanford University Press
- Nagel, Thomas (1979), *Mortal Questions*, Cambridge, Cambridge University Press, ("Moral Luck", 24-38)
- Nagel, Thomas (1986), *The View from Nowhere*, New York, Oxford University Press
- Nagel, Thomas (1997), *The Last Word*, New York, Oxford University Press
- Najemy, John M. (org) (2010), *The Cambridge Companion to Machiavelli*, New York, Cambridge University Press
- Nozick, Robert (1974), *Anarchy, State, and Utopia*, New York, Basic Books
- Nozick, Robert (1981), *Philosophical Explanations*, Oxford, Oxford University Press
- Nussbaum, Martha C. (1994), *The Therapy of Desire. Theory and Practice in Hellenistic Ethics*, Princeton NJ, Princeton University Press
- Nussbaum, Martha C. (2001), *The Fragility of Goodness: Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy*, 2^a ed., Cambridge, Cambridge University Press
- O'Connor, Timothy (2000), *Persons and Causes: the Metaphysics of Free Will*, New York, Oxford University Press
- O'Neill, Onora (1989), *Constructions of Reason: Explorations of Kant's Practical Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press
- Owen, David G. (org.) (1995), *Philosophical Foundations of Tort Law*, Oxford, Clarendon
- Penco, Carlo, Massimiliano Vignolo, V. Ottonelli & Cristina Amoretti (orgs.) (2007), *Proceedings of the 4th Latin Meeting in Analytic Philosophy, Genoa 20-22 September 2007*, Génova, University of Genoa Press
- Pereboom, Derk (2001), *Living Without Free Will*, Cambridge, Cambridge University Press
- Platão (1997), *Plato. Complete Works* (John M. Cooper & D.S. Hutchinson, eds.), Indianapolis IN, Hackett Publishing
- Pocock, J.G.A. (1975), *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton NJ, Princeton University Press
- Postema, Gerald J. (org.) (2001), *Philosophy and the Law of Torts*, Cambridge,

Cambridge University Press

Pritchard, Duncan H. (2005), *Epistemic Luck*, Oxford, Oxford University Press ("Postscript: Moral Luck", 254-272)

Rawls, John (1971), *A Theory of Justice*, Cambridge MA, Belknap

Rawls, John (1999), *A Theory of Justice. Revised Edition*, Cambridge MA, Belknap

Rescher, Nicholas (1995), *Luck: The Brilliant Randomness of Everyday Life*, New York, Farrar Straus & Giroux

Ripstein, Arthur (1999), *Equality, Responsibility, and the Law*, Cambridge, Cambridge University Press

Rist, John M. (2004), *Real Ethics. Reconsidering the Foundations of Morality*, Cambridge, Cambridge University Press

Roemer, John E. (1996), *Theories of Distributive Justice*, Cambridge MA, Harvard University Press

Roemer, John E. (1998), *Equality of Opportunity*, Cambridge MA, Harvard University Press

Rorty, Amélie Oksenberg (org.) (1980), *Essays on Aristotle's Ethics*, Los Angeles CA, University of California Press

Roth, John K. (org.), *Ethics. Revised Edition*, Pasadena CA, Salem Press

Russell, Daniel C. (2009), *Practical Intelligence and the Virtues*, Oxford, Clarendon

Sabini, John & Maury Silver (1998), *Emotion, Character, and Responsibility*, New York, Oxford University Press

Scanlon, T.M. (2008), *Moral Dimensions. Permissibility, Meaning, Blame*, Cambridge MA, Belknap

Schlossberger, Eugene (1992), *Moral Responsibility and Persons*, Philadelphia PA, Temple University Press

Slote, Michael (1983), *Goods and Virtues*, Oxford, Clarendon

Slote, Michael (2001), *Morals from Motives*, New York, Oxford University Press

Smilansky, Saul (2007), *10 Moral Paradoxes*, Oxford, Blackwell

Smith, Tara (2000), *Viable Values: A Study of Life as the Root and Reward of Morality*, New York, Rowman & Littlefield

Statman, Daniel (1997), *Virtue Ethics. A Critical Reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press

Statman, Daniel (org.) (1993), *Moral Luck*, Albany NY, State University of New

York Press

Strawson, Galen (1986), *Freedom and Belief*, New York, Oxford University Press

Strawson, Peter F. (1973), *Freedom and Resentment and Other Essays*, Oxford, Methuen

Taylor, Richard (1966), *Action and Purpose*, Englewood Cliffs NJ, Prentice-Hall

Timmons, Mark, John Greco & Alfred R. Mele (orgs.) (2007), *Rationality and the Good. Critical Essays on the Ethics and Epistemology of Robert Audi*, New York, Oxford University Press

Vargas Llosa, Mario (2010), *O Paraíso na Outra Esquina* (trad. p/ J. Teixeira de Aguiar), 6ª ed., Lisboa, Dom Quixote

Watson, Gary (1982), *Free Will*, New York, Oxford University Press

Williams, Bernard (1985), *Ethics and the Limits of Philosophy*, Cambridge MA, Harvard University Press

Williams, Bernard (1993c), *Shame and Necessity*, Berkeley CA, University of California Press

Williams, Bernard (1995), *Making Sense of Humanity and Other Philosophical Papers 1982-1993*, New York, Cambridge University Press

Wilson, Catherine (2007), *Moral Animals. Ideals and Constraints in Moral Theory*, Oxford, Clarendon

Wolf, Susan (1990), *Freedom Within Reason*, Oxford, Oxford University Press

Zagzebski, Linda Trinkaus (1996), *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press

Zimbardo, Philip G. (2007), *The Lucifer Effect : Understanding How Good People Turn Evil*, New York, Random House

Zimmerman, Michael J. (1988), *An Essay on Moral Responsibility*, Totowa NJ, Roman & Littlefield

Zimmerman, Michael J. (1996), *The Concept of Moral Obligation*, New York, Cambridge University Press

(Lisboa, 12/3/2011)